



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Administração e Finanças

Silvia Regina da Silva Ortolá Rocha

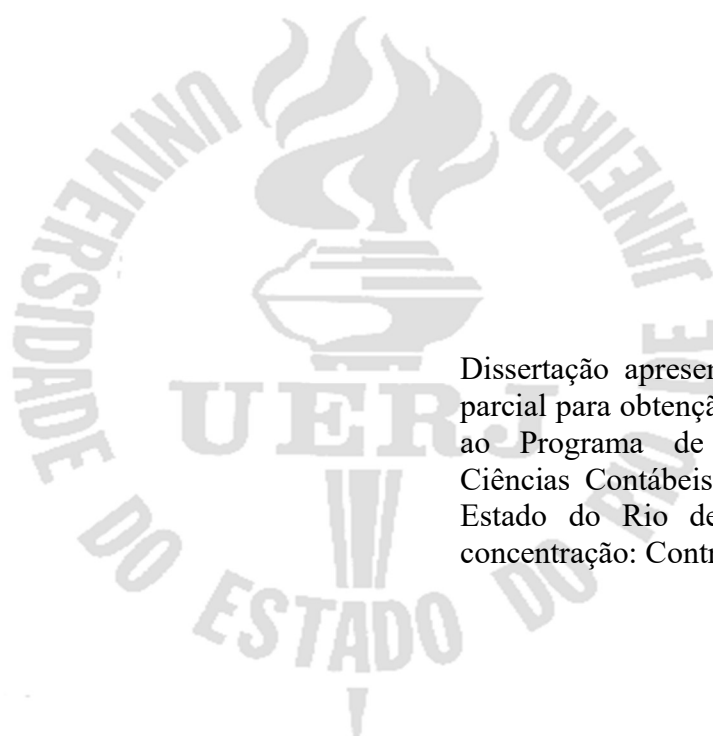
**A Contribuição da Contabilidade para Gestão de Pequenos
Empreendimentos Solidários: Pesquisa-ação com os trabalhadores do
Fórum de Economia Solidária do Estado do Rio de Janeiro**

Rio de Janeiro

2022

Silvia Regina da Silva Ortolá Rocha

**A Contribuição da Contabilidade para Gestão de Pequenos
Empreendimentos Solidários: Pesquisa-ação com os trabalhadores do
Fórum de Economia Solidária do Estado do Rio de Janeiro**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Controle de Gestão.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Maria de Oliveira Almeida Gouveia

Coorientador: Prof. Dr. Carlyle Tadeu Falcão de Oliveira

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/B

R672 Rocha, Silvia Regina da Silva Ortolá.

A contribuição da contabilidade para gestão de pequenos empreendimentos solidários: pesquisa-ação com os trabalhadores do Fórum de Economia Solidária do Estado do Rio de Janeiro / Silvia Regina da Silva Ortolá Rocha. – 2022.

96 f.

Orientadora: Prof. Dra. Tânia Maria de Oliveira Almeida Gouveia.

Coorientador: Prof. Dr. Carlyle Tadeu Falcão de Oliveira.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Finanças.

Bibliografia: f. 83-90.

1. Contabilidade – Teses. 2. Economia social – Teses. 3. Empreendedorismo – Teses. I. Gouveia, Tânia Maria de Oliveira Almeida. II. Oliveira, Carlyle Tadeu Falcão de. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Administração e Finanças. IV. Título.

CDU 330.534(815.3)

Bibliotecário: Fabiano Salgueiro CRB7/6974

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Silvia Regina da Silva Ortolá Rocha

**A Contribuição da Contabilidade para Gestão de Pequenos Empreendimentos
Solidários: Pesquisa-ação com os trabalhadores do Fórum de Economia Solidária do
Estado do Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Contábeis, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Controle de Gestão.

Aprovada em 14 de dezembro de 2022.

Banca Examinadora:



Prof. Dra. Tânia Maria de Oliveira Almeida Gouveia (Orientadora)
Faculdade de Administração e Finanças - UERJ

Documento assinado digitalmente
gov.br CARLYLE TADEU FALCAO DE OLIVEIRA
Data: 23/09/2023 18:33:05-0300
Verifique em: <https://verificacao.br.br>

Prof. Dr. Carlyle Tadeu Falcão de Oliveira (Coorientador)
Faculdade de Administração e Finanças - UERJ

Assinado de forma digital por FRANCISCO JOSE DOS
SANTOS ALVES:79105491720
Dados: 2023.02.01 08:59:06 -03'00'

Prof. Dr. Francisco Jose dos Santos Alves
Faculdade de Administração e Finanças - UERJ

Documento assinado digitalmente
gov.br DANIELLA MUNHOZ DA COSTA LIMA
Data: 26/09/2023 16:26:17-0300
Verifique em: <https://verificacao.br.br>

Profa. Dra. Daniella Munhoz da Costa Lima
Universidade Federal Fluminense - UFF



Prof. Dra. Deborah Moraes Zouain
Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO

Rio de Janeiro

2022

DEDICATÓRIA

Ao meu esposo Flavio, meu porto seguro, que segura minha mão faz 23 anos e a Professora Doutora Martha Ramsheid Figueiredo (*in memoriam*) pois, se eu não a tivesse conhecido, provavelmente não chegaria até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade e saúde para completar este curso. Diante do desafio de sobreviver, foi preciso que a mão divina interviesse.

Agradeço ao meu marido Flavio, pelo sacrifício pessoal de se dedicar a nossa família e por todo apoio incondicional em cada etapa da minha vida para que eu conseguisse alcançar esse sonho. Você é um homem de ouro, o melhor marido que alguém poderia ter. Você me fez abrir os olhos para uma vida diferente e me fez enxergar a minha força desde o início da nossa história.

Agradeço aos meus pais que confiam em mim e me apoiam desde a minha existência para que as coisas aconteçam. Com o melhor que podiam me deram educação, caráter e força para entender os obstáculos e enfrentá-los, um a um. Todo meu respeito a vocês.

Agradeço a Luíza minha enteada e a Laura, minha filha. Vocês duas são a maior motivação para me manter ativa, forte e a querer dias melhores! Obrigada pela paciência e pelo apoio natural em me confortar nos momentos de angústia. Estamos juntas para sempre!

Agradeço a colega de trabalho e Mestra Fátima Cristina Araújo Sequeiros Bueno por me orientar a respeito do mestrado e me incentivar intensamente para que eu acreditasse na minha capacidade!

Agradeço a minha prima Denise pelo acolhimento e conversas que foram valiosas para que eu prosseguisse no mundo acadêmico.

Agradeço ao PPGCC como um todo: primeiro, ao nosso querido coordenador Claudio (in memoriam) que nos deixou tão cedo. À secretaria, por toda informação necessária e aos professores que agregaram valor a minha formação e resistiram bravamente diante de dificuldades das aulas online devido a pandemia.

Agradeço aos colegas de mestrado que tanto me apoiaram em momentos bons e ruins. Foi muito importante cada mensagem e cada live feita!

Agradeço a orientação da Profa. Dr^a Tânia e do Prof. Dr. Carlyle que me seguraram pela mão e me auxiliaram em cada etapa, de modo que o trabalho fluísse de maneira muito feliz.

Também vai o meu agradecimento ao FCP-RJ e as pessoas deste movimento que conheci. Foi um prazer pesquisá-los e espero que eu também tenha contribuído para vida de vocês de alguma forma.

Num país como o Brasil, manter a esperança
viva é em si um ato revolucionário.

Paulo Freire

RESUMO

ROCHA, Silvia Regina da Silva Ortolá. *A Contribuição da Contabilidade para Gestão de Pequenos Empreendimentos Solidários: Pesquisa-ação com os trabalhadores do Fórum de Economia Solidária do Estado do Rio de Janeiro*. 2022. 96 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

O conhecimento de uma economia diferenciada baseada na solidariedade, autogestão e cooperação e a relação da contabilidade como ciência social a serviço da sociedade motivou a pesquisa com os participantes do fórum estadual de economia solidária do Rio de Janeiro, em sua maioria sendo possuidores de micronegócios, sobretudo oriundos de trabalho artesanal. Sob a lente da pesquisa-ação, seguindo as etapas de Thiollent (2011) e Tripp (2005), foi possível traçar como objetivo geral qual seria a contribuição da contabilidade a estes integrantes. Esta pesquisa definiu como objetivos específicos discutir os conceitos de contabilidade e economia solidária descrevendo o perfil dos participantes, investigar as demandas contábeis além de propor orientações sugerindo ações contábeis a este grupo. Para atingi-los, foram realizadas as seguintes ações ao segmento dos microempreendedores solidários do fórum estadual: acompanhamento e observação das plenárias do fórum, oferecimento de um formulário de levantamento de necessidades de capacitação, criação de um curso de contabilidade abordando contabilidade básica, contabilidade de custos e fluxo de caixa, assuntos que foram adequados ao tipo de negócio além da observação participante e questionário pós-curso. Os resultados demonstraram que um número expressivo destes trabalhadores tem interesse em conhecer a contabilidade para gestão, e que a maioria conhecia a contabilidade, porém nunca aplicaram qualquer controle em seus trabalhos. Além disso, consideraram a ciência contábil importante e possível de ser aplicada em suas rotinas autogestionárias, mas que existem desafios a serem enfrentados como falta de tempo hábil para maturação do saber, além de carência de recursos financeiros, problemas que podem ser superados com ação de assessoria do FCP-RJ para a constante capacitação e acompanhamento destes trabalhadores. Por fim, esta pesquisa mostrou também uma necessidade que a ciência contábil produza mais pesquisas sobre pequenos negócios e, adicionalmente, amplie a discussão sobre a geração de uma contabilidade diferenciada e atualizada, que atenda outros segmentos que surgem a todo momento num mundo em transformação.

Palavras-chave: Contabilidade. Economia Solidária. Pesquisa-ação. Microempreendedor.

ABSTRACT

ROCHA, Silvia Regina da Silva Ortolá. *The Contribution of Accounting to the Management of Small Solidarity Enterprises: Action Research with workers from the Solidarity Economy Forum of the State of Rio de Janeiro*. 2022. 96 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

The knowledge of a differentiated economy based on solidarity, self-management and cooperation and the relationship of accounting as a social science at the service of society motivated the research with the participants of the state forum of solidary economy in the state of Rio de Janeiro, most of them having micro businesses, mainly from artisanal work. Under the lens of action-research, following the steps of Thiollent (2011) and Tripp (2005), it was possible to outline, as a general objective, what would be the contribution of accounting to these members. This research defined as specific objectives to discuss the concepts of accounting and solidary economy describing the profile of the participants, to investigate the accounting demands besides proposing guidelines suggesting accounting actions to this group. In order to reach them, the following actions were carried out for the segment of solidary micro-entrepreneurs of the state forum: monitoring and observation of the plenary sessions of the forum, offering a form for surveying training needs, creating an accounting course addressing basic accounting, accountancy of costs and cash flow, subjects that were appropriate to the type of business in addition to participant observation and post-course questionnaire. The results showed that a significant number of these workers are interested in knowing accounting for management, and that the majority knew accounting, but never applied any control in their work. In addition, they considered accounting science important and possible to be applied in their self-management routines, but that there are challenges to be faced, such as lack of time to mature knowledge, in addition to lack of financial resources, problems that can be overcome with action from FCP-RJ consultancy for the constant training and monitoring of these workers. Finally, this research also showed a need for accounting science to produce more research on small businesses and additionally broaden the discussion to create on differentiated and updated accounting that serves other segments that arise at all times in a changing world.

Keywords: Accounting. Solidarity economy. Action research. Microentrepreneur.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Regras cooperativistas da cooperativa de Rochdale	28
Quadro 2 - Primeiras instituições solidárias no Brasil	30
Quadro 3 - Mudanças propostas para a contabilidade aplicável a negócios solidários	44
Quadro 4 - Quadro diferencial sobre rotina pesquisa-ação e pesquisa tradicional.....	50
Quadro 5 - Quadro analítico exploratório.....	57
Quadro 6 - Grupos de trabalho e funções	60
Quadro 7 - Plano de ensino	65
Quadro 8 - Roteiro de Observação das sessões do FCP-RJ	91

LISTA DE FIGURAS

Tabela 1 - Quantitativos de inscritos para o curso de contabilidade para o FCP-RJ.....	67
Tabela 2 - Descrição do perfil dos inscritos	68

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Diagrama Inquiry Action	49
Figura 2 - Resultado sobre interesse dos assuntos para capacitação	63
Figura 3 - Designação da conta excedente para microempreendedores solidários	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
ANTEAG	Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão
ASMOCOMP	Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
COVID	Doença do coronavírus
CPC	Código de Pronunciamentos Contábeis
CUT	Central única dos Trabalhadores
DOAR	Demonstração de origens e aplicações de recursos
ECOPOPSOL	Programa de Economia Popular Solidária do Governo Estadual do Rio Grande do Sul
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
FCP-RJ	Fórum Estadual da Economia Solidária/Fórum de Cooperativismo Popular
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
GT	Grupos de Trabalho
IBOVESPA	Índice da Bolsa de Valores de São Paulo
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
JUVESOL	Juventudes e Economia Solidária.
MEI	Microempreendedores Individuais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NICSPS	Normas Internacionais de Contabilidade ao Setor Público
ODS	Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ONU Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
Proger	Programa Nacional de Geração de Trabalho e Renda
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Proninc	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares

REPES	Rede de Educadores Populares em Economia Solidária
RJ	Rio de Janeiro
SARS	Síndrome Aguda Respiratória Grave
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	18
1	REFERENCIAL TEÓRICO	22
1.1	A Economia Solidária e suas origens.....	22
1.1.1	<u>Os primeiros modelos de Empreendimentos Solidários.....</u>	<u>27</u>
1.1.2	<u>A prática da Economia Solidária no Brasil</u>	<u>29</u>
1.2	A Contabilidade e sua função social	32
1.2.1	<u>A Contabilidade e a Sociedade.....</u>	<u>32</u>
1.2.2	<u>A abrangência da Contabilidade Social.....</u>	<u>34</u>
1.2.3	<u>A divulgação das informações não financeiras</u>	<u>35</u>
1.3	Contribuições da Contabilidade.....	37
1.3.1	<u>A contribuição contábil em diversos segmentos</u>	<u>37</u>
1.3.2	<u>A dimensão contábil à gestão de microempresas e empreendimentos sociais</u>	<u>38</u>
1.3.3	<u>A prática contábil em empreendimentos econômicos solidários</u>	<u>42</u>
2	METODOLOGIA	47
2.1	Estratégia de Pesquisa.....	47
2.2	Pesquisa-Ação	48
2.2.1	<u>Fase exploratória</u>	<u>50</u>
2.2.2	<u>O tema da pesquisa.....</u>	<u>51</u>
2.2.3	<u>A colocação dos problemas.....</u>	<u>51</u>
2.2.4	<u>O lugar da teoria</u>	<u>52</u>
2.2.5	<u>Hipóteses</u>	<u>52</u>
2.2.6	<u>Seminário.....</u>	<u>52</u>
2.2.7	<u>Campo de observação, amostragem e representatividade qualitativa</u>	<u>53</u>
2.2.8	<u>Coleta de dados</u>	<u>53</u>
2.2.9	<u>Aprendizagem</u>	<u>54</u>
2.2.10	<u>Saber formal e saber informal</u>	<u>54</u>
2.2.11	<u>Plano de ação.....</u>	<u>54</u>
2.2.12	<u>Divulgação externa.....</u>	<u>55</u>
3	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	58

3.1	Sobre o Fórum Estadual de Economia Solidária do Rio de Janeiro	58
3.1.1	<u>As plenárias</u>	59
3.1.2	<u>Perfis dos integrantes.....</u>	61
3.2	O campo e a de detecção das demandas contábeis	62
3.3	O curso de Contabilidade para Economia Solidária.....	68
3.4	Discussão dos resultados	74
3.5	Ações contábeis para Economia Solidária	777
3.6	A contribuição da contabilidade ao FCP-RJ	79
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
	REFERÊNCIAS.....	83
	APÊNDICE A - Roteiro de Observação.....	911
	APÊNDICE B - Questionário aplicado pós-curso.....	922
	APÊNDICE C - Termo de Consentimento livre e esclarecido.....	977

INTRODUÇÃO

A contabilidade visa servir à sociedade, e é uma ciência social voltada ao estudo do patrimônio de entidades (IUDÍCIBUS; MARION e FARIA, 2009). É comum o equívoco sobre o conceito da ciência contábil relacionando sua destinação e obrigatoriedade legal apenas às entidades lucrativas e de grande porte, uma visão bastante parcial diante de seu campo de aplicação: a ciência contábil pode ser utilizada por entidades que realizam atividades financeiras independente de seu porte ou de seus fins lucrativos.

Ao analisar o patrimônio de uma entidade como estudo de um fenômeno, a contabilidade entrega a quem a pratica os recursos do registro e controle aplicáveis a qualquer tipo de entidade: sua função primordial é trazer informações úteis para apoiar o processo decisório de investidores, usuários interessados e gestores de empresas, sejam elas privadas, governamentais, sem fins lucrativos, bem como empresas de grande, médio ou pequeno porte, microempreendedores individuais, ou quem oferece algum tipo de negócio autônomo, por exemplo. Segundo Lopes de Sá, (1997), compreender a contabilidade é também acompanhar o desenvolvimento da civilização. Coliath, (2014) complementa esta ideia, ao escrever que a contabilidade está ligada à necessidade do ser humano de controlar suas riquezas. A contabilidade e a sociedade estão interligadas, visto que a ciência contábil é considerada ciência social aplicada com estudo focado no indivíduo que empreende e gerencia e, ao mesmo tempo, estuda também seu objeto, aqui representado pelo seu patrimônio. Por se confundir com o desenvolvimento social gerado em grande parte no modelo de produção capitalista, Coliath (2014) entende que a contabilidade é essencial a este modo econômico, uma vez que interliga as organizações com a sociedade. Entretanto, o reconhecimento dessa relação contextual, não pode desconsiderar o fato de que a sociedade evolui e novas formas de produção estão surgindo.

Fruto de vertentes de pensamento que buscam construir alternativas aos moldes tradicionais da sociedade capitalista, a economia solidária se apresenta como uma via possível (BARROS; LUCCHIN; SILVA, 2021). Entende-se Economia Solidária como um movimento que traz um modo diferenciado de trabalho, com foco em princípios como a autogestão e liberdade. É uma perspectiva econômica baseada em apoio mútuo, que fortalece a diversidade de culturas e compromisso com a justiça social (MOSTAGI *et al.*, 2019). É importante compreender, preliminarmente, que, entre suas diversas formas de atuação, os empreendimentos no campo da economia solidária também carecem de informações relevantes

e controladas, que são recursos que a contabilidade oferece. Afinal, a contabilidade é uma necessidade posta para os diversos tipos de empreendimentos sociais, principalmente como instrumento de gestão (ALMEIDA, 2006).

Buscando aprofundar mais a compreensão da natureza e do funcionamento desse campo, vale destacar que, dentro da economia solidária, há grandes empreendimentos organizados, mas também há uma parcela de micro empreendimentos sociais que não são obrigados a cumprir obrigações legais complexas, nem faturam receitas elevadas, o que pode acarretar uma percepção que leve a um distanciamento entre a função social da Contabilidade e sua aplicação prática para estes tipos de entidade. No que se refere aos empreendimentos solidários, percebe-se que ela tende a ser utilizada e adequada aos grandes empreendimentos sociais, como as cooperativas, mas, segundo Gouveia (2016), a Contabilidade precisa ser mais aplicável aos micro e pequenos negócios integrantes do empreendedorismo social. Esse certo distanciamento configura uma lacuna, no que diz respeito à aplicabilidade dos artefatos contábeis aos menores empreendedores.

Nesse sentido, este estudo aborda a aplicação da Contabilidade à gestão dos atores dos empreendimentos da Economia Solidária, os chamados ‘EES’, que pertencem ao Fórum de Cooperativismo Popular RJ/Fórum Estadual de Economia Solidária (FCP-RJ).

Os empreendimentos solidários são as organizações compostas de trabalhadores urbanos e rurais que elaboram e negociam seus próprios produtos de forma contínua e envolvendo diversas formas econômicas de produção de bens e serviços, como compra e venda, prestação de serviços, fundo de crédito e o consumo solidário (ECOSOL RJ, 2021). Todas estas formas de trabalho demandam organização financeira para se ter ciência dos ganhos e custos dispendidos.

Tal planejamento é alcançável pela ciência contábil, que justamente permite o controle do patrimônio de todo tipo de negócio que envolva operações financeiras. A técnica contábil de registros dos custos e fluxos de caixa que decorrem do trabalho da Economia Solidária, especialmente o pequeno negócio, pode trazer equilíbrio, controle e tangibilidade ao que se empreende, além de contribuir para manutenção financeira, uma vez que os lançamentos permitem análises da sustentabilidade do empreendimento e auxiliam a tomada de decisão.

Aliando a teoria contábil com a prática da autogestão nos negócios da Economia Solidária, este estudo tem como objetivo responder ao seguinte problema de pesquisa: De que maneira a contabilidade pode contribuir para os pequenos empreendimentos solidários dos membros do Fórum Estadual de Economia Solidária do Rio de Janeiro?

OBJETIVO GERAL:

Este estudo tem como objetivo geral investigar como a contabilidade pode contribuir para os pequenos empreendimentos solidários integrantes do Fórum Estadual de Economia Solidária do Rio de Janeiro.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Discutir os conceitos da Contabilidade e Economia Solidária, assim como sua aplicabilidade aos empreendimentos de Economia Solidária;
- Descrever o perfil dos integrantes do Fórum, bem como as suas características;
- Investigar as necessidades e demandas contábeis dos empreendedores integrantes do FCP-RJ;
- Propor orientações e sugerir ações contábeis para ajudar os microempreendedores solidários.

O presente estudo limita sua base teórica aos conceitos da economia solidária bem como a teoria contábil no que se refere à contabilidade básica e a contabilidade de custos, técnicas típicas ao seguimento de pequenas empresas. O campo pesquisado compõe-se de membros do fórum estadual de economia solidária do Rio de Janeiro que atuam em seus empreendimentos solidários e comercializam seus produtos, muitos deles de fabricação artesanal. O estudo se restringirá àqueles que operam na esfera econômica solidária e trabalham com autogestão filiados ao movimento FCP-RJ.

A pesquisa se justifica, pois, se propõe a oferecer aos microempreendedores solidários o acesso ao conhecimento da contabilidade de maneira prática além de estimular a importância de continuamente repensar o controle da gestão de seu negócio, reforçando o benefício que a contabilidade pode trazer a saúde financeira desta parcela da sociedade. Já no campo

acadêmico das ciências contábeis, traçaremos um panorama de como a contabilidade é feita por este seguimento e proporemos reflexões sobre como a ciência contábil pode ser adequada a este tipo específico de negócio. Além disso, foi verificado que há poucos estudos a respeito da contribuição da contabilidade aos microempreendedores sociais e ressalte-se ainda a importância de que a gestão dos pequenos negócios seja aprimorada com conhecimento sobre a contabilidade e suas técnicas, para auxílio à gestão financeira (LONDERO, PERES e CHARÃO, 2005; BORGES e LEAL, 2014; SILVA e MENDONÇA, 2019; CHUPEL, SOBRAL e BARELLA, 2014; OLIVEIRA, GONÇALVES e BRANDÃO, 2020; DELFINO, 2021).

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção traça um panorama da pesquisa em Economia Solidária, iniciando por seu contexto histórico até as linhas de pesquisas mais recentes, bem como aborda a relevância da contabilidade na sociedade e a contribuição e desafios da ciência contábil aplicável aos pequenos negócios. Além disso, discute as pesquisas em empreendimentos solidários que utilizam algum rigor contábil em sua gestão.

1.1 A Economia Solidária e suas origens

Pesquisar Economia Solidária é importante porque desvenda um panorama atual sobre como a administração destes empreendimentos está se desenvolvendo no Brasil e, ainda, contribui para revelar suas relações entre os seus princípios teóricos e a prática, pois o campo conceitual é complexo e divergente em alguns aspectos. O conhecimento mais profundo deste movimento revela como funciona a autogestão e, assim, é possível verificarmos o funcionamento da organização financeira.

Muitos autores concordam que não é possível apresentar uma definição precisa do que é a Economia Solidária, mas pode-se dizer que consiste em um grande movimento originário no século XIX, que parte da premissa de igualdade entre os membros. Toda sua organização é feita pelos seus associados, que são os mesmos que produzem, poupam e comercializam e, diferente do modo de produção capitalista, beneficia o direito à liberdade individual sem a relação verticalizada entre patrão e empregado (SINGER, 2002).

Neto *et al.* (2021) destacaram os seguintes princípios da Economia Solidária: a cooperação, a autogestão e a ação econômica, sendo esta última dividida em atividades comuns ao capitalismo, que são a produção, a comercialização ou prestação de serviços, bem como em atividades mais características destes empreendimentos, como as trocas, o crédito, o consumo e a solidariedade. Mostagi *et al.* (2019, p. 114) descreveram o movimento como “Em vez de fazer cumprir uma cultura de competição e acúmulo, na perspectiva da Economia Solidária busca-se criar culturas e comunidades de cooperação e relacionamentos de apoio mútuo e solidariedade”.

O conceito de Economia Solidária tem sido estudado por diversos pesquisadores europeus e latino-americanos, como Paul Singer, Jean Laville, José Corragio, Luiz Razeto, França Filho, Luis Gaiger; Marcos Arruda, Tauile, Tiriba, Euclides Mance, Renato Dagnino, Quijano, Kraychete, Eme; Lisboa, Carrion e Andion, entre outros. Verifica-se que há uma gama de definições sobre a Economia Solidária no campo teórico, e embora os pesquisadores possam concordar com as bases fundamentais que emergem deste movimento, existem questionamentos quanto à sua ação social transformadora àqueles que trabalham em empreendimentos solidários (PINHEIRO, 2013).

Sobre a abordagem conceitual centrada na ação social da Economia Solidária, vemos que vários autores que estudam o tema concordam sobre o efeito de mudança que o movimento pode trazer aos seus envolvidos (SINGER, 2002; LAVILLE, 2009; ANDION, 2005; FRANÇA FILHO, 2002; PINHO, 2004; CORRAGIO, 2002). Esse potencial é apontado por Singer (2002) ao afirmar que ela se situa além da condição de mera resposta a algumas das contradições do capitalismo, inclusive seus históricos problemas de empregabilidade. Em sua própria concepção, a economia solidária estaria vocacionada para se desenvolver em um contexto de transformação social, em busca de um modelo superior ao capitalismo.

Laville (2009) também destaca possíveis modificações sociais associadas à economia solidária e elenca duas dimensões fundamentais a serem observadas nas forças transformadoras que essa alternativa mobiliza: a sociopolítica e a socioeconômica. Para o autor, no plano sociopolítico, ocorre uma combinação de formas de exercício da democracia, a representativa e a participativa, o que incentiva a consolidação de um espaço público ocupado por iniciativas da sociedade civil. Quanto à dimensão socioeconômica, ele ressalta a atuação conjunta das economias, seja mercantil ou não mercantil, com o intuito de estabelecer uma reciprocidade, mas também favorecendo uma distribuição mais igualitária. Seguindo a mesma linha conceitual, Andion (2005) menciona que a ação por parte daquele que vive e constrói a Economia Solidária tem a transformação como consequência, uma vez que ela impulsiona mudanças na realidade mais imediata, constituindo-se como evidência da própria capacidade dos cidadãos para elaborar projetos sociais mais amplos.

De fato, França Filho (2002) afirma que a Economia Solidária consiste em um elo entre iniciativa e solidariedade, mostrando o foco da ação quando os participantes elaboram coletivamente as atividades econômicas. Outra autora que compartilhou da mesma ideia de transformação, explicando que o indivíduo é o agente e o ponto central do movimento solidário, foi Pinho (2004), ao mencionar que a transformação ocorre quando o indivíduo busca a

recuperação dos aspectos éticos e humanos na economia, explorando outras formas de modelos econômicos que respeitem e permitam adaptação a realidades diferentes. Já Corragio (2002) ampliou o conceito sobre o movimento solidário como propulsor de desenvolvimento pleno da vida dos atuantes, com vista à sociedade justa e equilibrada.

Embora haja compreensão entre autores sobre a Economia Solidária como força de transformação social, há um outro tipo de pressuposto, baseado na ideia de que a Economia Solidária pode trazer apenas a geração de renda como benefício aos seus integrantes, sendo assim uma visão desassociada da ideia de mudança da realidade social. Gaiger (2013 p.213) explicou essa visão quando escreveu que "Salvo raras exceções, os empreendimentos solidários não substituem integralmente nem prescrevem as formas populares de economia, mas as potencializam, à medida que reorganizam os fatores produtivos, materiais e humanos, em um processo de metamorfose".

Nesse mesmo campo de conceituação, há ainda a visão voltada apenas para a questão monetária, como a de Carrion, (2002), que busca uma perspectiva mais ponderada sobre as expectativas das possibilidades transformadoras da Economia Solidária, ao destacar que, embora haja grandes expectativas de setores progressistas em torno de um ideal de sociedade mais justa, os desafios são muitos e, no geral, as ações são pouco concretas ou mesmo pouco duradouras.

Por outro lado, Quijano, (2002) entende a Economia Solidária como modo secundário de produção sem possibilidade de descartar o sistema vigente e, assim, não se pode dizer que há modificação social na vida dos integrantes do movimento, mas sim alternativas diferenciadas para um mesmo modelo econômico capitalista.

Sem entrar no mérito de julgamento acerca das opiniões dos autores, pode-se inferir que é um campo que ainda se fortalece e está imerso em apontamentos polêmicos a respeito de sua prática ser definida como diferente da ação de mercado ou (se ela complementa) de caminhar para a superação do modo capitalista de produção. Embora seja um ponto teórico que deva ser bem definido, há outras vertentes que a definem.

É válido ressaltar que a Economia Solidária, embora se utilize das ações capitalistas para parte de seu objetivo, abarca características adicionais que divergem do agir próprio capitalista, que vislumbra tão somente a lucratividade. Silva e Cleps (2011, p.98) acreditam que: "Os princípios da socioeconomia solidária destoam do capitalismo, que apresenta como objetivo a acumulação de capital e o lucro em detrimento de tudo; a economia solidária prioriza o lucro, mas trabalha com a noção de sobra, do excedente."

Ademais, com relação às suas características, a Economia Solidária necessita de atuação governamental, que pode ser fundamental para existência deste movimento. Um dos alicerces da Economia Solidária é a ação pública, o que mostra uma distinção ao tradicional modo capitalista de produção somado a perspectivas de nova forma de regulação da sociedade aliada a ações econômicas e políticas (BARROS; OLIVEIRA, 2019). Laville (2004) acrescenta que a vida moderna econômica se exhibe em dois sentidos: de um lado a distinção do público e privado; de outro, em movimento contrário, é associada à Economia Solidária baseada em vínculos sociais.

Teodorovicz (2020) faz um paralelo a este entendimento quando relata que a Economia Solidária pode ser veículo de diferentes políticas públicas. Com perspectiva semelhante, Andion (2005) menciona a Economia Solidária como palco para realização de projetos sociais que despertam nos cidadãos motivação para transformar a sua realidade, e que são empreendimentos que se estruturam em três campos: econômico, por seu papel produtivo de agentes de bens, serviços e empregos; social, ao possibilitar ambientes de convívio e interação social; e política, que propicia um local para voz pública, fontes de reflexões políticas.

Outra importante característica dos empreendimentos solidários é a autogestão, não apenas no mérito econômico, mas associada ao desenvolvimento humano (BORGES; SGUAREZI, 2019). Roa e Hur (2010) confirmam a questão da relação com mais convívio e poder de decisão: todos têm poder de decidir e são submetidos ao coletivo. Almeida (2006) afirma que a autogestão é uma prática cidadã, uma vez que (permite a política) fortalece a ação política, capacitando seus atores a serem mais atuantes na governabilidade, na democracia e no controle social.

Faria (2017) pondera que a autogestão não pode ser definida a partir apenas de um olhar para quem faz o tipo de gestão existente nas empresas e organizações, já que aqueles que a praticam não necessariamente estão desvinculados do capitalismo. O autor defende que a autogestão infere uma plena transformação social em todos os seus segmentos (econômico, político e social), tornando-se mais abrangente que a gestão tradicional. Corroborando este entendimento, temos o estudo de Borges e Sguarezi (2019), que destacam o desafio da autogestão para se afastar do capitalismo e respeitar os princípios econômicos solidários. Tais princípios, para os autores, concentram-se no desenvolvimento local sustentável.

Por sua vez, Fonseca *et.al* (2021) trazem um importante ponto a se considerar sobre autogestão e o aspecto financeiro: o processo autogestionário, que oferece aos indivíduos que nela atuam um melhor controle de seus ganhos. Contudo há um obstáculo a se transpor, que é

a falta de informação e rigor, uma vez que registros inexistentes causam dúvida sobre o que se pode esperar desse mecanismo para o futuro. Esse tipo de dificuldade, para os autores, pode enfraquecer sua própria base autogestionária.

Em relação ao próprio termo Economia Solidária, Pinheiro (2013) destaca que, apesar de alguns estudos divergirem sobre a sua origem, registros apontam que Razeto, na década de 1980, foi o precursor no uso da expressão, seguido de Laville, em 1993. Independente das posições sobre a origem do termo, ainda para o autor, os teóricos concordam que o tema se iniciou em discussões e debates providos em movimentos e reuniões fora do campo acadêmico (PINHEIRO, 2013). É um dado interessante, sobretudo se considerarmos o histórico de construção dessa alternativa, hoje identificada como Economia Solidária, tal como está descrito sinteticamente a seguir.

Essa forma diferenciada de produzir surgiu na crise do desemprego na Revolução Industrial do século XIX, na Grã-Bretanha, e existiu como alternativa aos artesãos e camponeses desamparados pela transformação do trabalho fabril (SINGER, 2002). Ramírez-Díaz; Herrera-Ospina e Londoño-Franco (2016) entendem o surgimento da Economia Solidária como um produto resultante das desigualdades sociais europeias da época. A visão alternativa frente ao desemprego é defendida por Paul Singer (2002) e concorda com ele Teodorovicz (2020), uma vez que ressaltou que, quando a economia capitalista intensa causa consequências de desemprego e miséria, a Economia Solidária configura uma possibilidade de mudança do quadro caótico causado, pois é uma oportunidade de compensar a retirada do trabalhador dos meios tradicionais de produção capitalista (GAIGER, 2015).

Segundo Singer (2002), Robert Owen, no século XIX, foi um industrial pioneiro que a ensaiar alguma mudança na Grã-Bretanha, modificando a forma de trabalho, oferecendo aos trabalhadores bem-estar sem empregar crianças, limitando o tempo de labor, além de construir de escolas e igrejas nas cidades fabris. Verifica-se que foi um primeiro momento em que houve preocupação sobre a situação dos trabalhadores, propondo mudanças e alternativas às formas de exploração típicas do crescente capitalismo à época (FARIA, 2005).

Neste cenário de ação mais humanizada no tratamento com os empregados, Owen obteve um resultado muito favorável, com retorno de lucro e produtividade às suas fábricas, fazendo surgir o termo cooperativismo. Os valores sociais são suas bases estruturantes, diferenciando-se da visão capitalista hierarquizada pelo lucro. O cooperativismo abre campo para reflexões de melhores condições de trabalho e esse é também o contexto das ações dos

movimentos sindicais, greves, *lockouts*, uma série de conflitos com os empregadores reativos as propostas cooperativistas. (SINGER, 2002).

Outro movimento importante, no espectro do que se pode entender como fundamento histórico da Economia Solidária, ocorreu na França, no século XIX, com Charles Fourier, que propunha socialismo de mercado. Segundo Zwick (2016), Fourier engajou um ideal com foco na individualidade do trabalhador, sugerindo liberdade de escolha de seu ofício e ainda possibilidade de vida coletiva com espaços onde houvesse reuniões e interações. Singer (2002) menciona que, com a morte de Fourier, suas doutrinas tiveram mais engajamento e adeptos às vésperas da Revolução em 1848, inclusive ponderando que a prática chegou a terras americanas.

Há ainda a destacar os estudos do conde francês Henri de Saint Simon, baseado em paradigmas positivistas, que apresentam uma abordagem materialista que prefere a ciência e a tecnocracia, assim valorizando as capacidades individuais dos trabalhadores. A indústria não se restringia ao segmento fabril, pois, para ele, a expansão a outros segmentos era possível. A organização industrial era feita de forma estrutural e planejada, e o pilar principal das indústrias seriam a participação e cooperação pacífica de seus envolvidos (ZWICK, 2016).

A prática do cooperativismo foi assim sendo delineada por estes primeiros pensadores e foi ao longo do tempo se desenvolvendo e inspirando os povos em todo o mundo. Almeida (2006) explica que houve inspiração nas ideias socialistas para criarem uma forma diferente de produzir, e, assim, as propostas de Fourier, Simon e Owen foram conhecidas como teorias clássicas do socialismo utópico.

1.1.1 Os primeiros modelos de Empreendimentos Solidários

A cooperativa de consumo consiste em um empreendimento em que os próprios atores consomem seus produtos e serviços, fornecendo maior qualidade a menor custo a seus cooperadores. Segundo Singer (2002), a pioneira cooperativa de consumo oficializada foi fundada em 1844, na Inglaterra, chamada Pioneiros Equitativos de *Rochdale*, e os princípios que baseavam a primeira cooperativa encontram-se sintetizados no quadro a seguir.

Quadro 1 - Regras cooperativistas da cooperativa de Rochdale

Nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto investiu na cooperativa.
O número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir.
Sobre capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa.
As sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa.
As vendas feitas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista.
Os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros.
A cooperativa se empenharia na educação cooperativa.
A cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas.

Fonte: A autora, 2022, a partir de Singer, 2002.

À medida que evoluem a industrialização e a urbanização, vão se desenhando novos modelos destes empreendimentos, como o cooperativismo de consumo, que dominou o mercado varejista e atacadista britânico; logo depois, de 1845 a 1850, nos Estados Unidos, Suíça, França e Itália (SINGER, 2002). Já no século XX, a revolução científico-tecnológica após a 2ª Guerra Mundial modificou o capitalismo, configurando uma época em que houve muito desemprego frente à substituição de mão de obra pelas máquinas. (FERNANDES; DINIZ, 2018).

Em seguida, surge o cooperativismo de crédito, que consiste em uma associação de poupadores que se unem para potencializar seu acesso ao crédito mediante financiamento mútuo, que surgiu na Alemanha, e depois difundiu-se na Europa Continental e na América (SINGER, 2002).

Na agricultura, surgiram as cooperativas de compra e venda entre pequenos e médios agricultores, que ampliaram suas vantagens quando se uniram e fizeram o investimento fixo em conjunto, e ainda a etapa das vendas em comum nas colheitas. Outro modelo importante foi a cooperativa de produção, permeando o início do século XX, em que os mais variados trabalhadores se associavam, visando produzir bens ou serviços a serem vendidos em mercados. Era perceptível, em países europeus, que o auxílio do governo era necessário, pois muitos dos trabalhadores não dispunham de capital ou propriedades para dar como garantia, ao levantar recursos no mercado financeiro. A cooperativa de produção é existente em todos os países, mas em número menor do que os outros tipos de cooperativas. (SINGER, 2002).

Por fim, outro modelo solidário é o clube de trocas, que Castro *et.al* (2000, p.289) conceituam como “Um espaço onde os associados trocam entre si produtos, serviços e saberes, de uma forma solidária, promovendo autoajuda, num sistema alternativo à economia vigente,

que respeita normas éticas e ecológicas”. Esse empreendimento acaba gerando um mercado próprio, adicionado de vantagens culturais nesse segmento pelo ganho não econômico, como a confiança, gentileza, favores e trocas (SINGER, 2002).

1.1.2 A prática da Economia Solidária no Brasil

Há registros sobre Economia Solidária desde os tempos coloniais, porém efetivamente surgiu com força nos anos 1990, em um cenário de transformações profundas no país, que sofria com o desemprego em massa (ALMEIDA, 2006). O trabalho autônomo com precariedade e de baixa remuneração predominava, pela ausência de empregos registrados e, ainda, favorecido com o surto de criação de cooperativas de trabalho. Era o resultado de ações de uma época de práticas do neoliberalismo, terceirização e precarização do trabalho, destacando-se principalmente na área da habitação e crédito (NAGEM; SILVA, 2013).

Por pressão social, o governo elaborou os primeiros programas para pequenos negócios, como o Programa Nacional de Geração de Trabalho e Renda (Proger) e, em áreas rurais, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). À época, não havia diretrizes norteadoras para o emprego dessas cooperativas, causando muita confusão sobre o verdadeiro conceito de Economia Solidária. O debate, porém, se aprofundou e muitos estados e municípios inseriram em suas agendas iniciativas de Economia Solidária. Temos como pioneiro o Programa de Economia Popular Solidária do Governo Estadual do Rio Grande do Sul (ECOPOPSOL) e também o Programa de Oportunidade Solidária do município de São Paulo (NAGEM; SILVA, 2013). Na sequência, outras organizações de sociedade civil que surgiram na década de 1990 apoiavam o movimento da Economia Solidária. O quadro 2 elenca algumas dessas primeiras instituições.

Quadro 2 - Primeiras instituições solidárias no Brasil

Nome da Instituição	Origens e missões
Cáritas Brasileira	Ligada à Igreja Católica
Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG)	Apoio para empresas recuperadas por trabalhadores da região sul.
Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS)	Ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), com cooperativismo por meio sindical.
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (CONTAG)	Luta pelos direitos dos trabalhadores rurais, familiares como homens e mulheres do campo e da floresta, que são agricultores(as) familiares, acampados(as) e assentados(as) da reforma agrária, assalariados(as) rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos.
Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF)	Ligada à Central única dos Trabalhadores (CUT).
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)	Ligada à Central única dos Trabalhadores (CUT).

Fonte: A autora, 2022, a partir de Nagem, 2013.

Nos anos 2000, os debates a respeito das novas formas de solucionar a demanda do desemprego se intensificaram e os empreendimentos ficaram com contornos mais característicos da Economia Solidária e seus princípios basilares (WEBERING, 2019). Motivados pelo Fórum Social Mundial ocorrido em Porto Alegre, em 2003, foi criado o Grupo de Trabalho Nacional da Economia Solidária, que teve a missão de provocar o governo para abertura de espaço para o tema nas propostas governamentais à época. Já em junho daquele mesmo ano, em Brasília, a Economia Solidária ganhava forma, pois várias ações e atividades de formação foram planejadas na Plenária Nacional deste movimento (LIMA, 2014).

Segundo Gaiger (2015), a Economia Solidária, dependendo das oportunidades oferecidas, pode retirar pessoas do cenário do desemprego para a ocupação. Sendo assim, este movimento tomou forma institucionalizada quando o Governo Federal, em 2003, implantou diversas políticas públicas, inclusive a criação de órgãos para realizar acompanhamento, reunir informações e construir mecanismos de apoio por parte do Estado brasileiro.

Alguns projetos importantes foram a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) e o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), além de apoio a toda atividade produtiva e comercial, das finanças solidárias para

desenvolvimento local, entre outros. Neste intuito, efetuaram o mapeamento da Economia Solidária no país, desenhando um estudo teórico e prático com os resultados, fazendo surgir o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, o Sies (SINGER, 2009).

Mas foi apenas em 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), pelo Governo Federal, que os EES ganharam apoio da administração pública para consolidação da Economia Solidária no país, na tentativa de regularização e fortalecimento do modelo econômico. A Senaes foi criada em 2003, sendo extinta em 2018. (CRUZ, 2020).

As formas de construção e funcionamento da Economia Solidária no país são as mais diversificadas, incluindo aquelas com vistas a produção, fomento e contribuição para saúde, principalmente a mental. Como exemplo da presença dessa via, pode-se citar o trabalho de Mazaro; Matsukura e Lussi (2020), que fizeram um estudo sobre a Economia Solidária no campo da saúde mental, em torno de 140 empreendimentos com pessoas com transtornos psíquicos, levantado pelo mapeamento nacional de EES no país, em 2013. Nessa perspectiva, embora seja tratada como alternativa à economia capitalista, a Economia Solidária é capaz de incentivar uma emancipação social dos indivíduos, baseada em valores e modos de organização não capitalista. As famílias envolvidas para provento à saúde mental encontram valor no trabalho, pois, além do retorno financeiro, elas reconhecem a importância das trocas, das novas relações como exercício da cidadania (FILIZOLA *et al.*, 2011).

Além da área da Saúde, foram também formados bancos comunitários e redes de financiamentos. Conforme Mostagi *et al.* (2019) o primeiro do país foi criado pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCOMP), o chamado Banco de Palmas, em 1998. Apesar de importantes para reduzir alguns problemas sociais locais, estes empreendimentos solidários, advindos da sociedade civil, não possuem um número expressivo no país (SOUZA; JÚNIOR, 2020).

De modo geral, mesmo estando em prática há mais de quarenta anos no Brasil de forma muito diversificada, para Vignochi e Scholz (2021) os empreendimentos solidários sempre encaram desafios constantes no que se refere à administração dos negócios no dia a dia, como, por exemplo, suprir as necessidades de conhecimento em negociação. O autor destaca a importância do conhecimento nas análises das relações comerciais e o quanto é primordial que entidades os apoiem a fim de ampliar o conhecimento em negócios no âmbito das EES e, consequentemente, para alguns destes atores, contribuir para enfrentamento da pobreza.

Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017) apontaram que a motivação para as pessoas entrarem para a Economia Solidária pode ser diferente da necessidade: nem sempre a pobreza

e precariedade são as causas que fazem surgir um empreendimento econômico solidário: o desejo de maior qualidade de vida e senso cultural ancestral também são fatores importantes para se trabalhar com este modelo econômico. Gaiger e Kuyven, (2019) dizem que o papel motor das aspirações nem sempre é o fator negativo de não haver trabalho, que é preciso reinterpretar a adesão à Economia Solidária, ponderando o fato de ela ser coincidente com os desejos dos indivíduos.

No plano internacional, pode-se dizer que a Economia Solidária possui características e princípios muito aderentes ao chamado pacto global que a Organização das Nações Unidas (ONU) criou para o Brasil em 2015, a chamada Agenda 2030: Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Consiste em uma agenda com 17 objetivos, elencados com missões em diferentes aspectos, como meio ambiente, clima, erradicação da pobreza, educação, entre outros, para alcance até 2030 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015). Dentre esses objetivos, o de número 8 (ODS 8), que trata de trabalho decente e crescimento econômico, descreve o aumento de produtividade das economias, aliando a isso diversificação com vistas a setores que demandam muita mão de obra (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015). Salinas, Trujillo e Sastre (2020) apontam que a Economia Solidária pode entregar importante contribuição a estes objetivos, quando se referem a “crescimento inclusivo” para transformação das situações de desigualdades criadas pelo modelo econômico capitalista.

A pesquisa de Souza e Júnior (2020) mostra que, neste período pandêmico, quando muitas pessoas estão assoladas pelo desemprego, a Economia Solidária é apontada como prática de enfrentamento desse quadro, pois a satisfação pessoal em ser integrante de uma comunidade pode fazer sentido e superar um pensamento meramente lucrativo de trabalho; além disso, verifica-se que há rendimentos não monetários envolvidos na Economia Solidária (SOUZA; JÚNIOR, 2020).

1.2 A Contabilidade e sua função social

1.2.1 A Contabilidade e a Sociedade

A contabilidade e sociedade sempre caminharam juntas. Segundo Iudícibus, Martins e Carvalho (2005) a contabilidade surgiu da prática, devido à necessidade de vários povos em diferentes momentos históricos, e assim se formou uma ciência utilitarista e genuinamente

social, uma vez que mostra como ocorrem os fatos econômicos. Szuster (2015) afirma a abrangência do estudo contábil, ao discorrer que a ciência contábil é útil por suas ações valerem para toda a sociedade.

Mesmo diante da sua aplicabilidade social, não é incomum que a sociedade civil entenda de forma incorreta o aspecto social da contabilidade: ainda muito confundida por suas características práticas baseadas em cálculos e registros financeiros, a Contabilidade pode parecer, para a maioria das pessoas, apartada da ciência social. A contabilidade sempre foi associada a ciências exatas, mais precisamente à matemática Limongi *et al.*, (2012), o que pode explicar que uma parcela da sociedade não associe a ciência contábil ao campo acadêmico das ciências sociais, porque se infere que haja muita matemática a se compreender (SILVA; JACINTO, 2020).

O seu público atuante, tanto na universidade quanto na vida profissional, aprende na vida acadêmica as suas variadas técnicas de controle patrimonial. O exame frio de cálculos não condiz com a contabilidade, que necessita de relações e conexões com outras ciências do conhecimento para se fazer útil à sociedade. Em seu estudo sobre a função social do contabilista, Lopes de Sá, (2016) afirma que essa elaboração conceitual e histórica indica que o estudo das ciências contábeis vai além da expressão fria de valores. Ela fornece orientação, não apenas informação, visando a beneficiar os negócios e trazendo ao homem a satisfação material.

Diante da sua função e aplicabilidade, a contabilidade é uma ciência que permite compreensão da realidade financeira dos negócios. Os números formais e seus cálculos são meios para o fim, que é a análise dos fatos ocorridos nas organizações, e revelam outros aspectos sociais importantes. Iudicibus, Marion e Faria, (2009, p.33) dizem que: “O objetivo da contabilidade pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informações estruturadas de natureza econômica, financeira e subsidiariamente, física, de produtos e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da contabilidade”.

Atualmente, temos visões mais ampliadas a respeito da importância que a Contabilidade tem para a sociedade, como o trabalho de Da Silva (2020), que investigou a Contabilidade Cultural, baseando-se nos estudos de García-Casella. Tais estudos somaram mais um valor aos conceitos já tradicionais da ciência contábil, explicando que, ao se fazer contabilidade, ela proporciona bem-estar humano e desenvolvimento para a sociedade, devido aos seus conhecimentos científicos. Assim, pode ser vista como tradição humana e se caracterizar como uma ciência cultural.

Além disso, o papel social da Contabilidade se aplica também ao chamado por Almeida (2006) de triângulo conceitual entre democracia, cidadania e participação, espaço em que a contabilidade, ao permitir demonstrar a saúde financeira das empresas de todos os portes e segmentos, torna transparentes as relações da gestão e exibe sua relevância social.

1.2.2 A abrangência da Contabilidade Social

Ao desenvolver-se com a sociedade, as informações contábeis divulgadas também precisaram ser mais ampliadas. Segundo Silva *et.al* (2018), a sociedade tornou-se interessada no comportamento sustentável das empresas e assim surgiu a contabilidade social, um novo tema que comumente se utiliza da divulgação de informações das práticas sustentáveis adotadas pelas empresas. Estes relatórios são utilizados de maneira estratégica, divulgando políticas de gestão ambiental e social aos usuários interessados, não apenas aos acionistas.

Guimarães e Santana, (2007) afirmam que, em seu aspecto evolutivo, a contabilidade social acompanhou o crescimento da própria contabilidade, porque está ligada ao desenvolvimento da humanidade. González-Castillo; Lobatón-Polo e Polo de Lobatón, (2017) conceituaram a contabilidade social como um conjunto sistêmico informativo que possui uma ótica social, voltada para a obtenção de assuntos base além de colaborar com as possíveis soluções para fatos que de algum modo afetam a sociedade. Como características, os autores destacam que amplia os horizontes da ciência contábil pelo seu caráter mais qualitativo, agrega mais valor como sistema de informação, além de ampliar a atuação do profissional contador.

O tema contabilidade social tem crescido em pesquisas acadêmicas abordando a divulgação de informações das práticas sustentáveis e as chamadas ações sociais adotadas pelas empresas. Estes relatórios são utilizados de maneira estratégica, exibindo importância das empresas sobre a sustentabilidade ambiental e social em nível global, quando divulgam suas políticas de gestão ambiental e social aos usuários interessados, retirando a ideia de informações apenas para o público acionista (SILVA *et.al*, 2018). É um ramo do conhecimento contábil muito abrangente que pode tornar públicos, inclusive, aspectos sociais mais detalhados, conforme estudo de González-Castillo; Lobatón-Polo e Polo de Lobatón, (2017): é um ramo que não se restringe apenas ao impacto ambiental e social das organizações frente à sociedade. Ela pode auxiliar a tomada de decisão oferecendo relatórios contábeis sociais de indicadores de qualidade de vida dos indivíduos das organizações em que estão inseridos como: práticas de

esportes, saúde física e nutricional, atividades lúdicas, entorno familiar e segurança social, por exemplo.

1.2.3 A divulgação das informações não financeiras

O campo de atuação da contabilidade social é amplo e é possível inferir que há diferenças de intenções de divulgação aos usuários de entidades empresariais e àqueles interessados nas informações sociais de entidades não mercantis, para se utilizarem de relatórios sociais. Enquanto as empresas divulgam responsabilidade social para geração de valor, segundo Lima *et.al* (2021) a estratégia de entidades sem fins lucrativos para divulgarem balanços de contabilidade social seria legitimação: a relação de identidade para geração de valor. Também concorda Westerdahl (2001), que defende em seu estudo uma necessidade com relação à Contabilidade Social para atendimento às entidades sem fins lucrativos: a finalidade é que este segmento da Contabilidade possa ser utilizado por essas entidades exibindo seus números sociais, seguindo os princípios contábeis como base e, sobretudo, divulgando informações de caráter ético e social, comunicando-se com a natureza das entidades e permitindo serem entendidas pela sociedade. Essa necessidade pode ser vista no trabalho de Ribeiro e Filho (2010) que pesquisou como a informação é disseminada numa entidade solidária e verificou que há um uso predominante da oralidade entre os agentes e que essa cultura impacta negativamente porque a informação não possui estruturação (registro) e confiabilidade, já que as informações podem ser manipuláveis facilmente.

A sociedade requer dos empreendimentos sociais tanto a evidenciação das informações financeiras quanto das informações não financeiras, as chamadas informações sociais, muitas vezes divulgadas pelos demonstrativos designados pela contabilidade social. Contudo, ainda existem incertezas quanto a pertinência destas informações. Segundo Meinert, (2008) há certa dificuldade no tratamento e entrega das informações não financeiras. A autora concluiu que há uma confiança relativa dos usuários *stakeholders* neste tipo de informações não financeiras quanto ao que é informado, seja porque não ratificam de fato a sustentabilidade das empresas e também porque há pouco controle externo, de forma que possam comprová-las. Por outro lado, percebe-se que as divulgações das informações não financeiras são promissoras pois é crescente a publicação e solicitação de informações sociais, também conhecidas como informações avançadas, por parte dos usuários. O estudo de Silva *et.al* (2016) informa que os números de

solicitações de informações não financeiras têm sido cada vez mais demandadas às entidades governamentais. Ratifica este entendimento, o estudo de Ponte e Oliveira (2004) uma vez que concluíram que os indicadores não financeiros têm sido constantemente divulgados por empresas participantes do Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (IBOVESPA) e, conforme artigo, essas informações refletem o desempenho das empresas em vários aspectos, se estão alinhados aos seus objetivos organizacionais e quais medidas estão sendo feitas com a finalidade de atingi-los. O estudo ainda especifica tipos de informações não financeiras como quantitativas e qualitativas e a esta última, informa que tem havido aumento de indicadores publicados em balanços por empresas de grande porte.

Um ponto de crítica sobre a construção informativa e orientadora da contabilidade social, os autores Gray, Dillard e Spence (2009), questionam o exercício desta ciência específica, por não se diferenciar tanto da contabilidade tradicional ao foco restrito aos resultados econômicos das organizações, sejam elas públicas ou privadas, na construção de justificativas para as ações ambientais e sociais que executam. Alinhado com esta reflexão, em estudo sobre a visão de estudantes de contabilidade no que se refere às Teorias da Legitimação, dos *Stakeholders* e a Teoria Radical/Revolucionária, Guimarães e Santana (2007) concluem que a maioria dos pesquisados acredita serem necessárias mudanças intensas na contabilidade tradicional, para que esta possa de fato ter sua identidade como ciência social aplicável em suas demonstrações.

Szuster (2015) informa que é vital para a contabilidade autoavaliação contínua, sendo capaz de gerar efeito no campo prático da atuação contábil. Ele descreve como é desafiante, para a ciência contábil, acompanhar novas formas de negócios ainda não abordados em sua temática, revelando que os estudiosos precisam de um olhar mais acurado e tempestivo às mudanças, a fim de ampliar discussões, de forma que possam propor ações contábeis alternativas para as novas transações econômicas que possam surgir e, assim, ampliar a função social da contabilidade.

Pelas pesquisas, pode se inferir que as informações não financeiras, amplamente divulgadas e de forma crescente pelas organizações, ainda requerem maturação. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis 00, (CPC 00), elenca diversas características que a informação deve possuir e, destas, percebe-se que as informações não financeiras ainda carecem de confiabilidade e materialidade para então se equipararem às informações financeiras.

1.3 Contribuições da Contabilidade

1.3.1 A contribuição contábil em diversos segmentos

A contabilidade trata a informação dos fatos organizacionais dentre todos os tipos de organizações atuando em diversas frentes visando o controle, gestão e a manutenção dessas entidades. Silva (2002) em seu estudo sobre a visão que os gestores de empresas médias e pequenas do ramo de indústria de confecções no estado do Paraná possuem acerca da contabilidade, mostrou que a intenção de utilizar a prática contábil com foco legal/fiscal está se ampliando aos poucos, abrindo espaço ao uso da contabilidade gerencial e justifica isso devido a competitividade e globalização que requerem dados e informações fidedignas e tomada de decisões de maneira rápida e eficaz. Outro estudo que aborda a contabilidade gerencial aplicada como otimizador das práticas organizacionais, é o de Morcelli (2013) que investigou a utilidade da contabilidade como geradora de informação de índice de mudança de riqueza em um determinado período de tempo, a contabilidade *momentum*, para a gestão de uma organização e evidenciou o benefício de um sistema contábil otimizado aperfeiçoando a prática profissional e enfatizando os dados econômicos divulgados para auxílio a previsibilidade de futuro.

O trabalho de Costa (2001) concorda sobre a eficácia de sistemas contábeis gerenciais, ao pesquisar sobre a contribuição da ferramenta *Balanced Scorecard* que consiste em um gerenciador de cumprimento de estratégias que pode renovar conceitos já tratados pela contabilidade gerencial e trazer aperfeiçoamento no desempenho financeiro das empresas.

Dentro de uma visão mais macro, aqui estudado por Chan (2010) sobre países em desenvolvimento que possuem dificuldades com a corrupção, as Normas Internacionais de Contabilidade ao Setor Público (NICSPS) atualmente chamadas de Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, (NBCASP), que regem a ciência contábil governamental, podem trazer integridade financeira quando há credibilidade nas informações divulgadas, podendo resultar em uma contribuição essencial a estes países, inclusive as metas de redução de pobreza. Neste âmbito mais elevado de divulgação e volume de informações, temos a pesquisa de Mendes, Oleiro e Quintana, (2008) no campo da gestão pública a ciência contábil, mais precisamente os controles interno e externo que atuam em prol da transparência e *accountability*, com papel fiscalizador atuante em todas as esferas governamentais, possuindo o amparo e instrumento da lei para o combate aos desperdícios, irregularidades e desvios afim

de que a informação seja expressa com fidedignidade para análises corretas quanto a tomada de decisões e divulgação a toda sociedade.

Outro importante exemplo da contribuição contábil pode ser visto no trabalho de Silva, *et al.*, (2017) sobre o tema finanças pessoais. Eles concluíram que a ciência contábil traz àqueles que a conhecem e a estudam, noções claras de se planejar financeiramente e consciência ampla de educação financeira. Informam também que os instrumentos contábeis necessários básicos para o mínimo de controle seriam Demonstração Resultado Exercício, Balanço Patrimonial Fluxo de caixa, sendo este último um aspecto contábil demandado na pesquisa prévia de capacitação pelos participantes deste trabalho. Os instrumentos padrões também podem ser aplicados a administração de condomínios segundo Farber e Segreti, (2004): os autores ressaltam a importância que a contabilidade e seus instrumentos Planos de contas, livros Razão e Diário, balancetes analíticos, livro de inventário, o balanço patrimonial, poderiam trazer à administração condominial e que há uma cultura de procedimentos que possuem baixo controle nestas entidades e a contabilidade tem potencial de oferecer boa gestão, se praticada.

Entendendo como instrumento de contribuição da contabilidade para o meio ambiente os autores Ribeiro e Martins, (1993), à época da pesquisa já destacaram a utilidade da divulgação dos desembolsos, da confrontação de receitas e despesas reforçando a importância da presença da divulgação contábil mesmo que não exata, pois seria temerário que a informação fosse emitida.

Os trabalhos científicos permitem a conclusão de que a contabilidade é forte auxiliadora da gestão em diversos segmentos e que a prática contábil alinhada ao tipo de negócio é fundamental para precisão das informações divulgadas e, conseqüentemente, auxilia para correta elaboração das análises financeiras e a tomada de decisão de seus gestores.

1.3.2 A dimensão contábil à gestão de microempresas e empreendimentos sociais

A utilização de termos como patrimônio, demonstrativos e riqueza podem associar a um entendimento equivocado que a contabilidade serve apenas para as grandes empresas, que sua utilidade é mais exigida e necessária para aquelas de grande porte. É uma visão limitada do que a Contabilidade se propõe a realizar, podendo ser aplicável a todo e qualquer negócio, porém, é evidente que para isso é preciso adaptação às características de cada negócio.

Na visão de Birk *et.al*, (2020), ainda falta as técnicas contábeis utilizadas uma adequação para negócios pequenos, pois gestão de preço e venda, análise de relação custo/volume/lucro, planejamento estratégico, análise das demonstrações contábeis e avaliação de investimentos são artefatos contábeis com termos rebuscados para o pequeno empreendedor. Inexiste adaptação dos recursos e técnicas contábeis para os pequenos negócios. Porém, se ela preza o estudo do patrimônio e oferece recursos como a orientação e auxílio ao funcionamento da empresa, então precisa ser adaptada a diferentes tipos existentes de empresas para aplicação da sua finalidade (DELFINO, 2021).

Nesse sentido, também Crepaldi (1998, p.18) pontuou a importância da Contabilidade para todos os tipos de empresas:

A contabilidade é uma atividade fundamental na vida econômica. Mesmo nas economias mais simples, necessário manter a documentação dos ativos, das dívidas e das negociações com terceiros. O papel da contabilidade tornou-se ainda mais importante nas complexas economias modernas. Uma vez que os recursos são escassos, temos de escolher entre as melhores alternativas, e para identificá-las são necessários dados contábeis.

De fato, buscando articular essas reflexões com a temática da presente pesquisa, ressalte-se que a informação financeira é igualmente importante para os pequenos empreendimentos sociais. Esses tipos de negócios têm como finalidade a busca por impactos positivos sociais e ambientais, sendo a busca voltada ao desenvolvimento social. O lucro alcançado não tem destinação para enriquecimento dos controladores, como fazem os negócios empresariais, mas se destinam à modificação social (SANTOS, 2016).

Westerdahl (2001, p.10) concluiu que: “a contabilidade para o seguimento social é desafiada a ser específica para atender às necessidades especiais das empresas sociais, de acordo com os princípios contábeis da empresa “normal” com fins lucrativos, mas que exige trazer à luz os aspectos sociais e éticos”.

Outra característica que impulsiona o registro de informações no segmento social é a prestação de contas. Silva (2009) escreveu que os empreendimentos sociais devem se reportar àqueles que o financiam e, assim, seus agentes são conscientes de que devem prestar contas e se ficam mais atentos para o registro e controle de recursos.

Existem dificuldades de aplicação contábil nos dois segmentos de microempreendimento, tanto os empresariais quanto os sociais. Cardoso, Moreira e Bernardo (2019) concluíram que os pequenos e microempresários informaram a dificuldade em gerir o

negócio em aspectos relativos à administração de caixa e o respeito ao princípio da entidade, que distingue o patrimônio dos donos (sócios) do da empresa.

Cruz (2014) descreveu em seu trabalho que há tensões de aprendizagem em empreendimentos sociais, referentes ao conhecimento necessário para lidar com o aumento de custos em longo prazo, quando incorridos para expansão do impacto social.

Castilho (2017), ao fazer um estudo de caso no Bistrô ECO SOL, destacou que fazem a prestação de contas com conciliação contábil para auferirem ganhos e despesas, mas um apontamento que este estudo trouxe foi a dificuldade de se medirem custos chamados intangíveis, os quais, por sua natureza, a pesquisadora entende ser de difícil mensuração, uma vez que consiste em capitalização intelectual, envolvendo o aprendizado e o conhecimento adquirido dos envolvidos no negócio e revelando uma possível necessidade de conhecimento em contabilidade gerencial, nos dois últimos estudos mencionados.

Diante desses obstáculos, entende-se que a consciência acerca do alcance da contabilidade ainda precisa ser mais propagada e compreendida pelos empreendedores de todos os segmentos, de forma que consiga controlar suas informações financeiras e definir ações de melhoria em seus negócios.

Contribui a contabilidade com a execução e com controle financeiro que reflete no operacional das pequenas empresas. Faltar conhecimento contábil utilizável na gestão do negócio traz desvantagens para atuação no mercado, dificultando a competitividade com empresas maiores (OLIVEIRA; GONÇALVES; BRANDÃO, 2020).

No quesito de desenvolvimento, percebe-se que os pequenos negócios sociais também podem ser impactados. Augusto *et al.*, (2016) elencaram fatores que beneficiam e prejudicam o desenvolvimento de pequenos empreendimentos sociais, e, dentre os fatores que acarretam esse prejuízo, destacam-se a pouca disponibilidade de crédito e a alta carga de impostos.

Ratifica esse entendimento o estudo de Santos, (2016) que pesquisou sobre sustentabilidade financeira em empreendimentos sociais, explicando que, embora a maioria dos negócios sociais pesquisados façam planejamento financeiro e conheçam seus custos, poucos são aqueles que conseguem fazer reserva de capital para situações inesperadas, além da maioria dessas empresas precisarem captar empréstimos. São tópicos que carecem de planejamento e controle, aspectos em que a contabilidade poderia promover controle para o pequeno negócio social.

Sobre a forma de atuação da contabilidade nos negócios de pequeno porte empresariais, Cardoso, Moreira e Bernardo (2019) concluíram que daqueles microempreendedores

entrevistados, a maioria não possuía os serviços do contador. Já outro estudo afirma visão semelhante e adiciona que aqueles que possuem este serviço interagem pouco com o profissional (OLIVEIRA; GONÇALVES; BRANDÃO, 2020).

Conforme Costa e Filho (2019), não está claro para os empreendedores que contratam o serviço de contabilidade que existem outras ações que um contador pode fazer para administração do patrimônio, o que vai ao encontro da pesquisa de Ribeiro *et al.* (2020), ao afirmarem que os pequenos empreendedores desconhecem a utilidade da contabilidade como útil para o auxílio à gestão. O planejamento, formação do preço de venda e mensuração dos custos não são amparados pela contabilidade nos seus negócios. No entanto, Iudícibus, Marion e Faria, (2009, p.23) refutam, afirmando que: “Em nosso país, em alguns segmentos da nossa economia, principalmente na pequena empresa, a função do contador foi distorcida (infelizmente), estando voltada quase que exclusivamente para satisfazer às exigências do fisco”.

Sobre a legislação que ampara essas empresas, consta a NBC TG 1000, Normas Brasileiras de Contabilidade, que trata da prática contábil para pequenas e médias empresas, visando os objetivos a seguir:

[...] O objetivo das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas é oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (resultado e resultado abrangente) e fluxos de caixa da entidade, que é útil para a tomada de decisão por vasta gama de usuários que não está em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação.

Verifica-se que é importante que as demonstrações e demais técnicas contábeis tenham sentido para os usuários interessados nas informações dos micro e pequenos negócios, mas na realidade isso pouco ocorre. Os autores ressaltam que, para aqueles que atuam por conta própria, é pequena a utilização dos recursos contábeis como ferramenta de gestão (OLIVEIRA; GONÇALVES; BRANDÃO, 2020).

Ainda é distorcido o conceito da contabilidade para a sociedade em geral, muitas vezes reduzindo o ofício ao acerto com a legalização e pagamento de impostos. Essa análise vai ao encontro do trabalho de Chupel *et al.*, (2014), no qual se faz a constatação da pouca informação dentro do segmento dos pequenos negócios sobre o papel da contabilidade, verificando que a noção que se tem acerca da validade do trabalho do contador é relacionada à apuração dos impostos, principalmente, sem enxergar nesta profissão o auxílio gerencial para manutenção dos negócios.

Com relação à sobrevivência dos empreendimentos sociais, Vasconcelos (2009) pesquisou sobre os ciclos de vida de negócios sociais, referindo-se ao modelo de Sharken Simon

e Donavan, que apresenta cinco etapas num gráfico irregular, longe da fotografia tradicional de modelos de ciclo de vida empresariais, com uma imagem retilínea e crescente, segundo a qual em todos os estágios são permitidos retornos para uma etapa anterior. Nesse sentido, o estágio 3, Manutenção e Crescimento, é identificado como a fase de desenvolvimento da entidade na qual há implantação de sistemas de controle e contratação de pessoal. Devido ao crescimento da empresa, é necessário, dentre diversos sistemas de controle, o de suporte contábil, para registro de fatos financeiros que a entidade realizar.

A contabilidade pode perfeitamente contribuir para a tomada de decisão dos pequenos negócios e, desse modo, ser efetiva e atuante na sobrevivência de inúmeras microempresas que nascem todos os dias, mas que não perduram mais de um ano, conforme estatísticas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, o Sebrae (INÁCIO; PRADO, 2017).

1.3.3 A prática contábil em empreendimentos econômicos solidários

É fato que há diferenciação entre os recursos contábeis disponíveis existentes para as pequenas empresas, as grandes de porte econômico lucrativo e as entidades sem fins lucrativos. Almeida (2006) diz que a maioria das informações padronizadas tem um direcionamento voltado a atender empresas de grande porte. Mais alarmante é que, em termos de atuação, a Contabilidade no segmento de empreendimentos solidários aparece por meio das pesquisas de poucos autores e, quando ocorre, é aplicável a grandes empreendimentos solidários, significando que a prática contábil ainda está longe de ser rotina nesse segmento.

Outro ponto a considerar é a forma como ela é manipulada para alinhamento da sua função principal às necessidades dessas entidades: ainda é um desafio constante a administração no contexto da autogestão. Leal e Nova (2009) estudaram sobre autogestão e contabilidade utilizando como método técnicas dramáticas, como prática educativa no âmbito da Economia Solidária.

Esses autores exibiram dois importantes pontos sobre o trabalho contábil autogestionário. O primeiro é a compreensão de que ele não significa liberdade e leveza; requer esforço e responsabilidade ao lidar com as burocracias comuns a qualquer entidade. Isso significa que uma cooperativa, por exemplo, precisa atender ao disposto no artigo 177 da Lei de Sociedade por Ações, nº 6404/76, elaborando as demonstrações contábeis obrigatórias e, assim, há necessidade de conhecimento da área contábil. O segundo ponto é o fato de os

demonstrativos exigidos não atenderem às necessidades informacionais na prática, para o melhor aproveitamento deste segmento (ALMEIDA, 2006). Tal fato nos faz inferir que a divulgação de demonstrativos pode não estar alinhada com as necessidades dos usuários que dela farão uso.

Outro aspecto a ser considerado seria o nível de saber contábil que esses usuários possuem. Hendriksen e Breda (2017) afirmam que a quantidade de informação divulgada tem relação proporcional ao quanto o leitor que a recebe é qualificado a ponto de entendê-la.

Em perspectiva semelhante, o estudo de Rahayu (2014) aponta a importância da reflexão sobre o quanto estão preparados os atores de entidades cooperativas solidárias para administrarem o empreendimento. Souza *et al.* (2016) afirmaram que as cooperativas, sobretudo as populares, necessitam de instrumentos contábeis que mensurem, registrem, controlem e evidenciem os fluxos de recursos gerados, bem como as mutações patrimoniais ocorridas nessa entidade; ainda destacaram que a padronização dos relatórios contábeis para divulgação pode dificultar e se tornar um desafio aos usuários de cooperativas populares, por ser difícil compreender e aplicar as técnicas e modelos contábeis. Quanto ao motivo desta dificuldade, os autores apontaram que:

[...] No que se refere ao desafio para os profissionais da contabilidade em relação aos cooperados destaca-se a questão da escolaridade desses membros, no qual a limitação na base educacional desses cooperados os prejudicam a absorverem e compreenderem não só as informações contábeis, mas as informações básicas, no que se refere a cálculos, custos, estratégias, a estrutura elementar da matemática e do português (SOUZA *et.al.* p.18).

Percebe-se que existe fragilidade em termos de conhecimento da ciência contábil em função da baixa escolaridade dos participantes da Economia Solidária (VIERA; FORESTI; DA ROSA, 2016). Diante desses problemas, a contabilidade pode não ser efetiva para essas entidades, embora atenda a aspectos legais exigidos pelas entidades governamentais, mas é possível afirmar que a educação técnica pode ser um diferencial para os agentes da Economia Solidária, porque formará um conhecimento específico adequado às suas necessidades dentro do empreendimento (BORGES; SGUAREZI, 2019).

Este cenário figura o contínuo desafio que deve ser enfrentado por esses empreendimentos, pois os padrões contábeis não abrem espaço para os negócios solidários. Aquelas cooperativas que possuem sistemas contábeis utilizam organizações desenvolvidas para atendimentos a empresas comuns, fazendo adaptações para se alinhar à realidade e às características únicas do sistema cooperativo, o que causa retrabalho. Há ainda muitas lacunas

no aspecto de padronização das informações contábeis para cooperativas, necessitando de sistemas mais direcionados a este segmento (MARIA *et al.*, 2014).

Almeida (2006) sugere uma flexibilização com as demonstrações existentes: em seu estudo propõe para as cooperativas solidárias existentes no país a elaboração de demonstrações mais focadas em sua realidade, embasando em contabilidade orçamentária, como a demonstração de origens e aplicações de recursos (Doar), relatórios contábeis de fundos e apuração gerencial por resultado.

Somada a essas técnicas de elaboração de demonstrações, o autor ressalta a importância da capacitação profissional do contador para usuários de empreendimentos solidários. A seguir, o quadro 3 apresenta eixos propostos de aperfeiçoamento contábil para empreendimentos solidários:

Quadro 3 - Mudanças propostas para a contabilidade aplicável a negócios solidários

Eixos	Descrição
Nova linguagem	Simple e objetiva: aproximação da linguagem contábil à linguagem coloquial dos trabalhadores.
Novos instrumentos de informação contábil	Satisfação das necessidades de informação dos empreendimentos. Demonstrativos: contabilidade por fundos, contabilidade orçamentária e a mensuração do resultado econômico.
Nova atuação dos profissionais da área contábil	Perfil solucionador de problemas e transmissor de conhecimento, ter sensibilidade; saber sensibilizar; saber dialogar; ser um comunicador; usar uma linguagem apropriada aos trabalhadores; paciência para ensinar; habilidade para simplificar.
Nova formação dos contadores	Baseada na realidade da economia brasileira e nas necessidades da classe trabalhadora.
A legislação contábil	Reformulada a partir de uma nova formatação jurídica dos empreendimentos autogestionários; demonstrações como instrumentos de informação; relatórios condizentes com a necessidade informacional.

Fonte: A autora, 2022, a partir de Almeida, 2006.

Pode-se perceber que Almeida (2006) propõe sugestões de melhoria no aspecto da ciência contábil como conhecimento que acompanha as alterações sociais conforme a criação de novas formas de organização, e ainda sugere haver um olhar mais atento às diversas entidades das áreas sociais, como também o autor adiciona sugestões importantes para atuação profissional do contador sendo mais proativo, possuidor de diversas habilidades humanas que

auxiliam na realização de suas atividades, sempre direcionado ao aprendizado e a atualização.

Segundo Iudícibus, Martins e Carvalho (2005), para que a contabilidade alcance o seu objetivo, a linguagem contábil precisa ser claramente comunicável ao usuário a que se quer transmitir. Complementando os desafios, há ainda um ponto a ser considerado quanto às percepções do usuário frente à contabilidade: a questão do interesse nas informações, pois os usuários da economia solidária não possuem proatividade em relação à informação contábil. A maioria não se envolve com as responsabilidades administrativas e contábeis, nem mesmo com o conhecimento da informação, ficando esta retida para aqueles que com ela trabalham e afastada dos demais usuários, concentrando nas mãos de alguns especialistas a informação contábil, conforme é praxe na economia capitalista, o que até mesmo dificulta a otimização da autogestão (ALMEIDA, 2006).

O padrão contábil existente, portanto, pode não ser o ideal para empresas como as cooperativas da Economia Solidária, pois há dificuldades de compreensão do tema tanto dos atores desse tipo de organização quanto de contadores, que precisam entender que estes tipos de organização têm características diferenciadas das empresas cujo objetivo principal é o lucro. É importante que haja uma adaptação, com olhares para os problemas sociais e aquilo que extrapola o ofício do profissional. Para tal finalidade, seria de suma importância a articulação de órgãos superiores, como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), para direcionar e capacitar profissionais deste setor (SOUZA *et al.*, 2016)

Percebem-se as lacunas contábeis existentes nos empreendimentos ‘macro’ como as cooperativas solidárias, em que é possível divisão de tarefas e recursos para aquisições de sistemas que permitam efetivar o controle patrimonial. Entretanto, Oliveira, Gonçalves e Brandão (2020) destacaram a importância de pesquisas em contabilidade gerencial no segmento de pequenos e microempreendedores, para conhecermos as experiências para aprofundamento desse assunto.

Aqueles membros do Fórum da economia solidária que trabalham com comercialização em feiras deste segmento, amparados por políticas públicas locais, convivem com certa vulnerabilidade referente à estratégia de comercialização de produtos e serviços (ORTIGOZA, 2020), o que nos remete a pensar que também pode haver deficiências na gestão financeira destas atividades. Auxílio a tomada de decisão e controle para a manutenção financeira e patrimonial são utilidades vitais para qualquer negócio e o uso da contabilidade propicia, dentre vários benefícios, estruturação e continuidade podendo ser essencial para os pequenos negócios como os microempreendimentos solidários que existem, muitas vezes, atuando com baixo

capital de giro e frágil estrutura. Fornecer este conhecimento e, no mínimo, permitir a tomada de consciência desse saber (uma das propostas da pesquisa-ação) como proteção aos negócios é um dos objetivos específicos desta pesquisa com a finalidade de trazer solução ao problema destes empreendedores.

2 METODOLOGIA

Nesta seção, abordaremos aspectos metodológicos para obtenção das informações necessárias, a fim de alcançarmos os objetivos desta pesquisa, com o intuito de investigar a contribuição e aplicabilidade da contabilidade nos negócios dos integrantes do FCP-RJ. Destacaremos a estratégia de pesquisa, bem como vamos detalhar as etapas utilizadas na pesquisa-ação.

2.1 Estratégia de Pesquisa

A pesquisa embasa-se no método qualitativo, o que traz em seu bojo diferenciação das pesquisas mais habituais em contabilidade, a fim de ampliar o conhecimento do cenário pesquisado.

É importante que haja diversificação das abordagens de pesquisas na área das ciências contábeis, conforme relata Lourenço e Sauerbronn (2016, pág. 118): “Dada a complexidade dos fenômenos contábeis e organizacionais, determinados problemas serão insuficientemente explorados, se forem tratados sob um único ponto de vista”. Aumentar o leque de estudos pode ser benéfico especialmente para a chamada contabilidade gerencial, pois existem desafios específicos na atuação contábil que, somados às ações específicas dos diversos segmentos de organizações existentes, carecem de diferentes modos de pesquisa e de serem pesquisados. A contabilidade brasileira, desse ponto de vista, torna-se mais madura quando abre espaço para diversas naturezas de pesquisas.

Baseando-nos na classificação de Vergara (2016), esclarecemos que a presente pesquisa se define como intervencionista, quanto aos seus fins, e como pesquisa-ação, quanto aos seus meios. Em termos sintéticos, consideramos que pesquisa intervencionista requer participação na realidade social e é o que pretendemos fazer, ao compreendermos a vivência dos integrantes do Fórum Estadual de Economia Solidária do Rio de Janeiro (FCP-RJ).

Quanto à escolha da pesquisa-ação, entendemos que é adequada já que o método objetiva trazer soluções práticas para uma situação problema real (THIOLLENT, 2011). Por meio da pesquisa-ação, é possível contribuir com o conhecimento contábil aos pesquisados com

a finalidade de apoiar a gestão de seus negócios e, como consequência, trazer equilíbrio e controle financeiro e patrimonial aos pequenos empreendedores solidários.

2.2 Pesquisa-Ação

Conhecida pelo seu aspecto prático e inserida no tipo de pesquisa qualitativa, a pesquisa-ação representa um desafio conceitual, nas considerações de Tripp (2005), visto que não se pode reduzi-la a um único conceito, diante da diversidade de situações possíveis a se pesquisar. Por sua vez, Thiollent (2011, p.20) conceituou a pesquisa-ação como um tipo de pesquisa prática que é concebida por meio da participação ativa dos pesquisadores e também dos pesquisados em busca da solução de um problema geral. Em virtude desse perfil, para Stake (2011), a pesquisa-ação estimula questionamentos para melhorar a atuação, muitas vezes originados por um olhar de alguém que percebe que uma unidade pode ser melhorada.

Ainda de acordo com Thiollent (2011), esse tipo de pesquisa possui foco prático e que possui regras próprias de agir e participar no cenário daqueles que são observados. A pesquisa-ação necessita de desempenho ativo do(s) pesquisador(es) na realidade que é observada e se baseia em 'reflexão-ação-reflexão', em uma dinâmica participativa, que foi definida por Vieira, Vaillant e Moreira (2022, p.21), da seguinte maneira: "Neste tipo de pesquisa, não se fala do outro ou se produz algo sobre o outro e sim com o outro". Entende do mesmo modo Stake (2011), ao mencionar que este tipo de pesquisa se centra em dados e aprendizagem, estudo com objetivo de aprimoramento da ação, mas se torna uma pesquisa diferenciada porque o sujeito ativo é o mesmo que age diretamente na rotina. Configura-se como um método que se estrutura no coletivo, mas que não foge do rigor científico. Vale destacar algumas características definidas por Thiollent (2011), que são expostas e descritas a seguir:

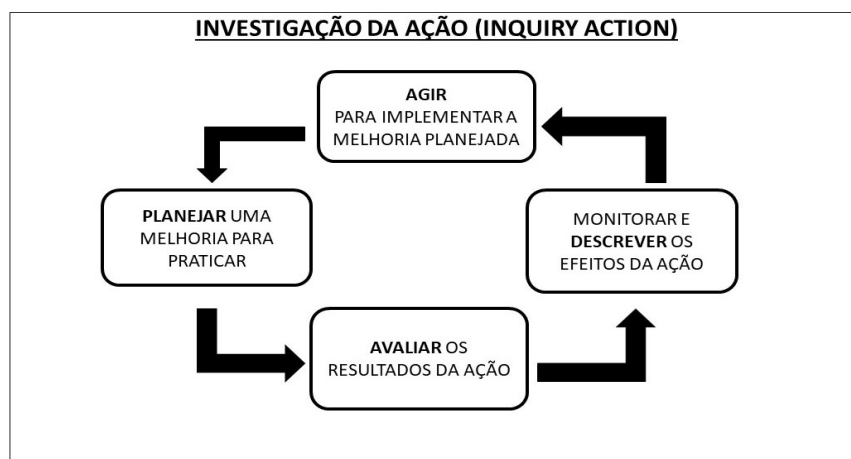
- Participação e ação efetiva dos pesquisadores: o estudo e investigação são dinâmicos até que o problema seja transformado.
- Forma de ação planejada: de acordo com o problema identificado, o planejamento se faz necessário para busca dos objetivos; característica que, em outras técnicas de pesquisa social, não é muito encontrada
- Uso de ações não triviais para o problema: A pesquisa-ação requer um problema

complexo que mereça ser investigado, elaborado e conduzido.

- Etapas bem definidas para ação: Para boa condução do papel ativo do pesquisador, é necessário definir qual é a ação, seus agentes, seus objetivos e prever os desafios que serão enfrentados, qual exigência de conhecimento a ser produzido em função dos problemas encontrados.

Complementando o entendimento de algumas ações necessárias à pesquisa-ação, Tripp (2005) destacou que o estudo pode se valer do termo "Action Inquiry", a investigação-ação, um padrão que auxilia qualquer processo de investigação, conforme exposto pelo diagrama a seguir:

Figura 1 - Diagrama Inquiry Action



Fonte: A autora, 2022, a partir de Tripp, 2005.

Conforme Tripp (2005), este ciclo, que é um tipo de padrão, apresenta-se muito flexível e pode ser utilizado e desenvolvido de formas diferentes dependendo da situação investigada, com inclusão de ações ou numa ordem diferenciada de providências a serem tomadas.

Nesse sentido, a pesquisa-ação tem como objetivos centrais a eficiência na resposta de problemas, tanto para a ampliação da consciência do pesquisador quanto para tornar os pesquisados capazes de solucionar suas questões, sendo o estudo ativo focado na resolução.

Segundo Thiollent (2011), os objetivos da pesquisa centram-se principalmente na produção de conhecimento, em fazer com que os pesquisados estejam confiantes para solucionar os problemas existentes, com base nas ações de mudança transmitidas pelos pesquisadores. Nesses termos, o estudo pode conter objetivos práticos que consistirão em auxiliar no equacionamento do problema, que pode ser centrado na transmissão de conhecimento. Para este fim, é necessário aprofundamento do caso pesquisado, por meio de obtenção de informações não acessíveis facilmente em uma pesquisa qualitativa, pois variam

conforme a realidade. É importante ressaltar que a pesquisa-ação, em alguns casos, pode se tornar instrumental, quando temos limitações de ordem prática, e assim os objetivos se voltam a apresentar ao público uma tomada de consciência a respeito do assunto-problema e, assim, desenvolver um raciocínio coletivo crescente para o enfrentamento, por mais que a solução seja a longo prazo (THIOLLENT, 2011).

Tripp (2005) também escreveu sobre algumas características que este tipo de pesquisa possui, evidenciando que ela é abrangente, tanto possuindo elementos da prática de rotina quanto adotando propriedades da pesquisa tradicional, as quais seguem elencadas no quadro a seguir:

Quadro 4 - Quadro diferencial sobre rotina pesquisa-ação e pesquisa tradicional

Prática de rotina	Pesquisa ação	Pesquisa tradicional
Habitual	Inovativa	Recursos Originais
Contínua	Contínua	Ocasional
Respostas orientadas a contingência	Proatividade estrategicamente orientada	Orientada metodologicamente
Individual	Participativa	Colaborativa
Naturalista	Intervencionista	Experimental
Não investigado	Problematizada	Encomendada
Experiência	Deliberada	Argumentada
Não articulado	Documentada	Revisada por pares
Pragmática	Entendida	Explicada - teorizada
Contexto específico	Específico	Generalizada
Privada	Disseminada	Publicada

Fonte: A autora, 2022, a partir de Tripp, 2005.

Quanto à estrutura deste trabalho, foi escolhido a estratégia de pesquisa sugerida pelo autor Michel Thiollent sob a perspectiva tratada em sua obra, *Metodologia da Pesquisa-ação*, tópicos estes que estão relacionados a seguir:

2.2.1 Fase exploratória

A fase inicial da pesquisa conhecida como etapa de reconhecimento, consiste num levantamento do ambiente a se pesquisar, é elaborada uma análise situacional do contexto, das práticas atuais e dos perfis dos participantes e demais envolvidos (TRIPP, 2005).

Nesta etapa, é feito um levantamento do campo pesquisado, dos possíveis interessados e da disponibilidade do pesquisador. Começa-se pela análise dos problemas do campo e pelo esboço de algumas ações. Assim, verifica-se se é viável a adoção da pesquisa-ação no meio considerado e verificar a expectativa dos interessados (THIOLLENT, 2011).

2.2.2 O tema da pesquisa

O tema da pesquisa consiste na contabilidade de pequenos negócios na Economia Solidária, surgindo do possível problema prático observado nos diálogos das plenárias do FCP-RJ. A área de conhecimento selecionada é a da contabilidade como forma de elemento do saber para solução do problema. O processo de formulação desse tópico tem um caráter normativo que, segundo Thiollent (2011), se apresenta em função de uma norma. De que maneira a contabilidade pode contribuir para os pequenos empreendimentos solidários dos membros do Fórum Estadual de Economia Solidária do Rio de Janeiro?

A participação dos integrantes do FCP-RJ é imprescindível e, durante diálogos e as plenárias mensais, foi possível detectar algumas necessidades e demandas por eles apontadas que a área contábil pode responder. Deste modo, A busca de soluções pretende ajudá-los quanto à tomada de consciência a respeito da importância da contabilidade como prática útil a gestão de seus negócios.

2.2.3 A colocação dos problemas

Durante o início de uma pesquisa, além da formulação dos temas e objetivos, é preciso um olhar atento à colocação dos problemas que de fato se desenvolverão na investigação. É preciso traçar a problemática, para que haja coerência em relação ao tema escolhido (THIOLLENT, 2011).

2.2.4 O lugar da teoria

Thiollent (2011) traz uma linha tênue entre o saber teórico embasador a fim de interpretar os fenômenos e a discussão teórica clara de forma que se apresente estimulante para compreensão plena dos participantes. É crucial ter cuidado nas ações oferecidas nesta pesquisa, uma vez que trataremos com pessoas, suas diversas experiências e conhecimentos distintos e a linguagem contábil que, embora seja a base teórica e possua muitos termos técnicos, deve ser utilizada de forma clara e efetiva para o alcance da compreensão de todos os pesquisados.

2.2.5 Hipóteses

A pesquisa social não exclui o uso de hipóteses para direcionar a pesquisa. Thiollent (2011) descreve que a hipótese é um modo de alcançar determinado objetivo. Ela surge na pesquisa-ação quando o pesquisador supõe a respeito de possíveis soluções a um problema. A hipótese, se bem formulada, torna os critérios claros e traz como resultado a constatação dos efeitos gerados.

Como características as hipóteses apresentam flexibilidade, podendo ainda ser criadas sub-hipóteses de forma que sejam articuladas entre si, dependendo das informações coletadas e das discussões do grupo de estudo. O autor ainda acrescenta que a utilização de indicadores pode ser útil, uma vez que é elemento que propicia a análise da hipótese. Contudo, esta pesquisa não fará uso de hipóteses com variáveis quantitativas ou teóricas (THIOLLENT, 2011).

Assim sendo, utilizaremos hipótese sob forma de diretriz, composta de clareza nos termos, com detalhamento do objeto de pesquisa e que abra possibilidade para provas e argumentações concretas, sendo o mais específico possível.

2.2.6 Seminário

Segundo Thiollent (2011, p.67): O seminário central reúne principais membros da equipe de pesquisadores e membros significativos dos grupos implicados no problema sob

observação'. Este estudo é fruto do Grupo de pesquisas em economia solidária formado para reunião de pesquisadores de diversas áreas que se interessam neste grupo pesquisado e que acompanharão o Fórum, por meio das plenárias do FCP-RJ.

2.2.7 Campo de observação, amostragem e representatividade qualitativa

Nos termos desta pesquisa, a delimitação do campo foi sendo construída em grupo com os pesquisados, partindo-se da premissa da representatividade qualitativa. Thiollent (2011) explica que não necessariamente deva haver uma preocupação do pesquisador quanto à expressão quantitativa de participantes, pois, se houver um grupo minoritário, mas que expresse um contexto real ideológico ou político, pode ser válido da mesma forma.

2.2.8 Coleta de dados

Segundo Thiollent (2011), a coleta de dados é definida pela centralização de toda informação imprescindível para o andamento da pesquisa, podendo ser realizada por meio de entrevistas coletivas, individuais, bem como questionários convencionais de verificação de documentos. O autor considera a importância dos questionários na pesquisa, entretanto especificamente na pesquisa-ação, podem deixar a desejar no que se refere à riqueza de detalhes: ajudam a conhecer o universo considerado, porém o processamento do todo pesquisado reforça argumentação, resultando em ênfase e relevância nas interpretações. O autor relata que questionários devem basear-se no tema e problemas observados e é prudente elaborar um questionário inicial para uma parcela representativa.

Pretende-se utilizar adicionalmente, no curso oferecido, a observação durante a interação com os participantes, escuta ativa, descrição em notas de informações relevantes que surgirem, além da possibilidade de entrevistas pós-curso.

2.2.9 Aprendizagem

A aprendizagem é uma característica associada à pesquisa-ação, que orbita tanto na atividade planejada para os participantes quanto sobre as atividades cotidianas do grupo pesquisado. Muitas vezes a colaboração acontece mutuamente entre pesquisadores e participantes; então, a aprendizagem é consequência do conhecimento adquirido para solucionar o problema que é investigado (THIOLLENT, 2011).

A circunstância de aprendizagem desta pesquisa trata-se da contabilidade básica para a economia solidária e serão utilizadas estratégias de educação popular como forma de capacitação, interligando-se com o tema central, que é a contabilidade para a economia solidária, com a metodologia, que propõe a ação para o complemento do saber dos pesquisados.

2.2.10 Saber formal e saber informal

Conforme Thiollent (2011) descreve, é de suma importância ter clareza sobre o saber formal apresentado pelo pesquisador e o saber informal que corresponde à prática cotidiana dos participantes. Uma sugestão do autor é propor levantamento das temáticas entre pesquisados e pesquisador para serem comparadas, verificando a compreensão dos indivíduos envolvidos e assim ser possível ajustamento da linguagem adotada, a fim de evitar incompreensão entre os dois grupos.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, é crucial a interação entre o pesquisador e os pesquisados e, dando importância ao saber informal, ou seja, o conhecimento prévio baseado nas vivências dos participantes, características da educação popular, com a finalidade de trazer para a pauta problemas que possam ser solucionados pelo saber formal, acadêmico.

2.2.11 Plano de ação

Fase importante da concretização da pesquisa que requer planejamento e deliberação por parte dos pesquisadores. Para atingir os objetivos, a pesquisa-ação deve basear-se em ação

planejada e alguns aspectos devem ser previstos como:

- Identificação dos entrevistados e sua instituição;
- Relacionamento dos pesquisados com a instituição;
- Descrição da liderança;
- Definição dos objetivos factíveis da ação;
- Definição dos critérios a serem avaliados;
- Enfrentamento de obstáculos que surgirem;
- Como garantir a participação dos pesquisados;
- De que maneira serão incluídas as sugestões dos pesquisados na ação;
- Controle de todo o processo e avaliação dos resultados.

Importante ressaltar que o principal ator é quem está interessado na ação. Sendo assim, o pesquisador tem uma função secundária de assessoria embora, em algumas situações, ele pode tomar à frente, especialmente naquilo em que o pesquisado não possui controle. (THIOLLENT, 2011).

Segundo Tripp (2005), a pesquisa-ação é sempre deliberativa e modifica o que está sendo pesquisado, contudo, restrita ao contexto. Desta forma, ao deliberarmos, estamos nos aventurando no desconhecido, alterando uma situação já rotineira e por isso é preciso atuação conjunta. A deliberação, segundo Thiollent (2011), é a estrutura de raciocínio de pesquisa formada em conjunto com os participantes com a finalidade de atingir o consenso nas deliberações do seminário. Quando não surgir acordo, as ideias serão respeitadas e registradas para uma próxima discussão e sempre considerando o aspecto sociocultural que o grupo pesquisado está inserido.

2.2.12 Divulgação externa

Segundo Thiollent (2011), a divulgação da pesquisa-ação e seus resultados tanto pode ser possível mediante acordo prévio entre os participantes, para serem apresentados a setores mais altos do cenário pesquisado, como também em outros setores externos interessados. O autor descreve que é importante haver uma ‘devolução’ da informação ao grupo mais amplo, como forma de um fechamento, permitindo uma visão panorâmica da pesquisa-ação realizada.

Diante do exposto, a divulgação interna será pelos canais de comunicação do Fórum

Estadual da Economia Solidária-RJ, que possui a representação de todos os municípios, e a divulgação externa será feita por meio de um artigo acadêmico para publicação bem como por este trabalho de dissertação.

De forma resumida, segue um quadro analítico desta pesquisa que será analisada à luz da teoria, por meio das etapas da pesquisa-ação, com relação aos objetivos propostos neste trabalho:

Quadro 5 - Quadro analítico exploratório

Objetivos		Teoria/temas/conceitos		Etapas pesquisa-ação
(a) Investigar como a contabilidade pode contribuir para os pequenos empreendimentos solidários integrantes do Fórum Estadual de Economia Solidária do Rio de Janeiro.	(b) Discutir os conceitos da Contabilidade e Economia Solidária, assim como sua aplicabilidade aos empreendimentos de economia solidária;		França Filho (2002)	Lugar da Teoria Thiollent (2011) Fase da descrição Tripp (2005)
			Laville (2009)	
			Corragio (2002)	
		Contabilidade Social	Iudícibus, Martins e Carvalho (2005)	
			Guimarães e Santana, (2007)	
			Westerdahl (2001)	
			Ribeiro e Filho (2010)	
		Contabilidade aplicada à Economia Solidária	Almeida (2006)	
			Souza <i>et al.</i> (2016)	
			Maria <i>et al.</i> , (2014)	
	(c) Descrever o perfil dos integrantes do Fórum, bem como as suas características;	-		Campo de observação, amostragem e representatividade qualitativa Thiollent (2011) Fase exploratória Thiollent (2011) Planejamento Tripp (2005)
	(d) Investigar as necessidades e demandas contábeis dos empreendedores integrantes do FCP-RJ;	Técnica do registro contábil Princípio fundamental da entidade Teoria Patrimonialista - contas de resultado Teoria de custos		Fase do planejamento Thiollent (2011)) Planejamento Tripp (2005)
	(e) Propor orientações e sugerir ações contábeis para ajudar os microempreendedores solidários.	Contabilidade para negócios solidários Educação Financeira Pessoal Assessoria contábil Planejamento Fiscal		Fase da Implementação e avaliação de Tripp (2005); Fase da execução da Ação Thiollent (2011)

Fonte: A autora, 2022, a partir de: França Filho, 2002, Laville, 2009, Corragio, 2002, Iudícibus, Martins e Carvalho, 2005, Guimarães e Santana, 2007, Westerdahl, 2001, Ribeiro e Filho, 2010, Almeida, 2006, Souza *et al.*, 2016, Maria *et al.*, 2014, Thiollent, 2011 e Tripp, 2005.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, serão apresentados os objetivos específicos deste trabalho que foram realizados por meio da pesquisa-ação, além da descrição do grupo pesquisado, análise das demandas contábeis que surgiram, informação da ação da pesquisa e a discussão dos resultados colhidos por meio das etapas da metodologia escolhida e ainda apresentando a análise das ações contábeis necessárias a economia solidária e a descrição da contribuição contábil ao FCP-RJ.

3.1 Sobre o Fórum Estadual de Economia Solidária do Rio de Janeiro

De forma a conhecer o público pesquisado, nesta seção encontra-se informações sobre a origem do FCP-RJ, seus componentes e atribuições. Esta ação é descrita como etapa de avaliação por Tripp (2005) e exploração do campo de observação denominado por Thiollent (2011).

Fruto de iniciativa federal, o Fórum Brasileiro da Economia Solidária (FBES) instituiu, em sua III plenária no ano de 2003, a criação dos fóruns estaduais e regionais do segmento pelo país. Foi criado pela lei 5.315 de 17 de novembro de 2008, o Conselho Estadual de Economia Solidária do Estado do Rio de Janeiro, o CEES/RJ que objetiva a colaboração com as políticas públicas para desenvolvimento e combate ao desemprego além de mitigar a pobreza no estado. Este órgão relaciona-se com o fórum estadual e se faz presente nas plenárias, contribuindo nas decisões que envolvem o FCP-RJ.

Já o Fórum Estadual da Economia Solidária/Fórum de Cooperativismo Popular, foi criado em 1995, mas seu regimento interno só foi publicado em 29 de julho de 2015. No site do fórum estadual (Ecosol, RJ, 2021), o movimento pode ser definido como:

Os fóruns são os coletivos que reúnem os empreendimentos, as assessorias e militantes da economia solidária em determinada região. Nesses coletivos são tratados assuntos de interesse da economia solidária na localidade, são apresentadas e discutidas as oportunidades e desafios para o movimento e são escolhidos os representantes locais da economia solidária.

O fórum consiste num espaço de discussão e troca de saberes com objetivo de manter viva e fortalecida a economia solidária, visando seguir a prática do trabalho solidário, do preço justo, do consumo ético e consciente, através das trocas solidárias de bens e serviços. Os

segmentos que compõem a economia solidária, conforme a mesma lei, são entidades de fomento, gestores públicos, participantes que defendem a continuidade da atuação econômica solidária, mas, em sua maioria, é formada por empreendimentos econômicos solidários que possuem as seguintes características (RIO DE JANEIRO, 2015, Art. 3º).

- Coletivas (organizações supra familiares, singulares e complexas, tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos);
- Seus participantes ou sócias/os são trabalhadoras/es dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
- São organizações permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e as que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;
- Podem ter ou não um registro legal, prevalecendo a existência real;
- Realizam atividades econômicas que podem ser de produção de bens, de crédito (ou seja, de finanças solidárias), de comercialização e de consumo solidário;

Identificando os membros significativos citado por Thiollent (2011), temos os representantes municipais dos trabalhadores de economia solidária de suas respectivas regiões. Eles têm a função de trazer questões a serem debatidas e decididas nas sessões de 26 cidades do estado do Rio de Janeiro. O FCP-RJ tem um caráter deliberativo e formativo em sua composição, e em sua lei regimentar relata que compete ao fórum promover formação em todos os campos de conhecimento aos seus membros, educar para solidariedade e autogestão, consumo ético e comércio justo e, além de outras competências, promover estratégias de desenvolvimento para fortalecimento da economia solidária no estado.

Para que funcione, o FCP-RJ precisa da atuação presente na plenária estadual, da participação de sua secretaria executiva e dos grupos de trabalho, os “GTs” que auxiliam o desenvolvimento e administração do movimento. Convém destacá-los, conforme quadro a seguir:

Quadro 6 - Grupos de trabalho e funções

GRUPOS DE TRABALHO PERMANENTES FCP-RJ	
Descrição	Funções
GT-Comercialização	Organizar diretrizes e critérios para comercialização
GT Comunicação/Mobilização	Gerenciar a comunicação entre os participantes bem como com a sociedade
GT Marco Legal	Produzir propostas de lei que incentivem as EES.
GT Finanças Solidárias	Arrecadar recursos, estimular e viabilizar linhas de crédito
GT Formação	Propor ações que estimulem o pensamento e a formação dos integrantes.

Fonte: A autora, 2022, a partir da Lei de Regimento Interno FCP-RJ, 2015.

Para os fóruns municipais do estado se articularem, existem as redes solidárias que são pontos estratégicos de membros que pertencem a um mesmo segmento e/ou possuem áreas de atuação correlatas, e tem o intuito de apoiar logisticamente e cooperar para estas relações. Conforme site do ECOSOL, existem hoje as seguintes unidades: Rede de Educadores Populares em Economia Solidária (REPES), Rede Ecológica, A Rede de Economia Solidária e Feminista, A Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCs) e a JUVESOL - Juventudes e Economia Solidária. As demandas existentes em cada região são levadas às plenárias mensais do Fórum estadual, pelos seus respectivos representantes, por meio das redes que as unificam.

3.1.1 As plenárias

São reuniões entre os envolvidos na economia solidária do estado que promove um espaço para discussões de seu interesse. Estas sessões, antes regidas presencialmente, ocorriam nas últimas terças-feiras do mês no centro da cidade do Rio de Janeiro, contando com a presença do representante da secretaria executiva que lidera a reunião e os representantes regionais das seguintes cidades: Belford Roxo, Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, Rio de Janeiro e Volta Redonda. Contudo, após a pandemia do SARS-COVID 19, houve a necessidade destas plenárias ocorrerem online, via *Google meet*, para garantir a continuação da comunicação entre as redes, as representações dos fóruns municipais e a secretaria do fórum.

Nas plenárias, ocorrem decisões e discussões entre seus atores a respeito de diversas demandas que são apontadas de cada rede, buscando prováveis soluções para estes problemas,

nem sempre solucionadas naquele instante, mas que podem vir a serem resolvidas em outros momentos. Com duração de 3 horas cada reunião, é possível perceber que também é um espaço de expressão para fala livre de reclamações, ponderações sobre atuação das políticas públicas além de dificuldades enfrentadas no cotidiano trazidas pelos seus representantes municipais. Para uma melhor organização do tempo, é informado um cronograma do que será abordado em cada reunião com o devido tempo para as redes e representações organizadamente se pronunciarem.

3.1.2 Perfis dos integrantes

Os empreendimentos econômicos sociais do fórum estadual da economia solidária do Rio de Janeiro são compostos de indivíduos que representam diversos negócios sociais como pequenas cooperativas, associações, empresas autogestionárias e trabalhadores formais e informais. Via de regra, os trabalhadores pertencem a um fórum de sua cidade, que se interliga ao fórum estadual por meio das plenárias mensais e contam com o apoio de um representante regional, que debate suas queixas e reivindicações nas plenárias mensais.

O relatório a respeito do quantitativos de membros cadastrados atualmente no FCP-RJ não está atualizado no site do ECOSOL-RJ, constando o último relatório datado em agosto de 2019 que consta 454 cadastrados regularmente entre entidades e pessoas físicas inscritas. Contudo, na escuta das plenárias e conversa com a Secretaria Executiva do fórum, houve um recente levantamento com dados ainda não compilados em relatório, que uma contagem feita em 2020 apontou mais 1.900 participantes.

Observou-se durante as plenárias que dentre os diversos negócios interligados a economia solidária estadual a maioria dos trabalhadores representados nas sessões são vendedores de artesanato, muitos deles cadastrados como Microempreendedores Individuais (MEI), outros informais, associados, bem como outras formas de representação (ECOSOL, RJ). Sendo esses indivíduos diversos na forma de atuarem em seus ofícios, e possuírem características específicas em seu modo econômico de atividade que é a solidária, é possível que as ideias e opiniões deste grupo sejam relevantes justamente por serem minoria, conforme aponta Thiollent (2011).

Chama a atenção neste segmento do trabalho artesanal a forma de trabalho estritamente individual, porque os mesmos que adquirem os insumos para criação das suas artes também a

elaboram e fazem sua comercialização. Nesta última etapa é que o FCP-RJ, como organização de apoio, se destaca ativamente, pois propicia para estes trabalhadores a utilização das feiras chamadas ‘circuito solidário’, medida implementada pela lei municipal 8.354/2019 que incentiva a comercialização daqueles que atuam com artesanato, revelando a cultura da economia solidária de cooperação para aqueles que são cadastrados no FCP-RJ.

3.2 O campo e a de detecção das demandas contábeis

Verificando o contexto de modo a identificar a situação, esta etapa é conhecida como fase do planejamento pelos autores Thiollent, (2011) e Tripp (2005), que permite conhecer o campo e definir a estrutura conceitual teórica como base para solução do problema encontrado. Neste sentido de clareza, a pesquisa se baseou na teoria contábil especificadamente a contabilidade básica das empresas, divulgando conceitos primordiais de gestão de fluxo de caixa e também a contabilidade de custos para auxílio na formação de preço, controle de estoques, auxílio nas análises e na tomada de decisão dos microempreendedores solidários.

Sobre a possibilidade da pesquisa, inicialmente houve um contato de forma *on-line* com os representantes municipais do Fórum Estadual de Economia Solidária do Rio de Janeiro (FCP-RJ). Este contato foi por meio da internet, em um grupo virtual, em que houve uma apresentação inicial e a proposta da pesquisa-ação foi firmada com os principais representantes do fórum.

Por meio de acordo prévio entre o coorientador e a secretaria executiva do FCP-RJ, em julho de 2021, aconteceu a primeira participação na plenária quando se propôs a pesquisa e houve o aceite por parte dos participantes. Assim, ocorreu a apresentação e a fala a respeito da pesquisa e das ações que ocorreriam a partir daquela plenária.

Já na primeira participação, verificou-se que a plenária concentrou as discussões nas dificuldades enfrentadas pelo contexto pandêmico que, à época, assolavam os trabalhadores. Toda a dificuldade das pessoas que trabalhavam presencialmente era notória já que não possuíam mais condições para livre comercialização, embora pudessem produzir em suas residências. As demandas rotineiras dos representantes ficaram secundárias diante do contexto social daquele momento. A pandemia era o motivo da preocupação, porque atingia principalmente a parte financeira destes membros, muitos deles que se sustentavam com o seu ofício e outros que complementavam a renda. O cenário era de que muitos artesãos, impedidos

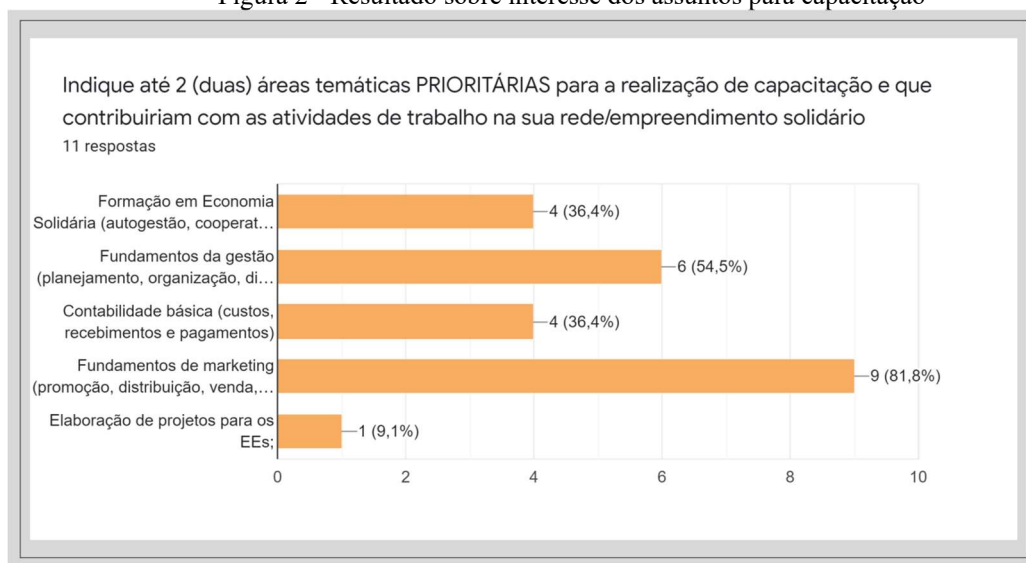
de circularem livremente ou que também tinham se contaminado com a doença, estavam recebendo e vivendo do auxílio emergencial federal que estava sendo disponibilizado. Para uma parcela destes membros, houve um freio de vendas já que utilizavam as feiras para comercialização. Aqueles que já tinham familiaridade com as vendas pela internet conseguiam, de modo eventual, comercializarem na rede.

Houve discussões sobre ações que poderiam auxiliar os integrantes do fórum e durante a escuta ativa, foram relatados auxílios para aquisição de estoques como as compras coletivas e a necessidade de formação. Assim, percebeu-se que um oferecimento de saber a respeito da contabilidade poderia ser interessante, devido ao contexto em que a pandemia os colocou. Assim, em reunião com a orientadora e o coorientador, utilizamos como técnica de coleta para formação de indicador, um questionário prévio para os representantes dos fóruns municipais que indicou, dentre outros conhecimentos, o da contabilidade como conhecimento necessário aos respondentes para resolução dos problemas que enfrentam em seus negócios.

Dentre outros assuntos já apontados em outras iniciativas do GT-formação como Economia Solidária, Gestão e Marketing, incluiu-se o conhecimento contábil dentre os assuntos a se oferecer no levantamento: pagamentos e recebimentos, formação de custo e formação do preço. O resultado do levantamento foi divulgado em plenária do dia trinta e um de agosto de dois mil e vinte e um, onde conseguimos verificar quais demandas eles se interessavam.

Aqui encontra-se a figura do gráfico dos assuntos que os representantes entenderam importantes a serem transmitidos aos participantes do fórum:

Figura 2 - Resultado sobre interesse dos assuntos para capacitação



Fonte: A autora, a partir do formulário de pesquisa, 2022.

De posse destas informações, foi feito o planejamento para cumprirmos o prazo de realização dos Workshops. Contudo, ocorreram mudanças de ação e dificuldades para fazê-lo neste momento como:

- A dificuldade de comunicação, totalmente online e dificultosa;
- Dificuldades em se obter informações da economia solidária por meio da internet;
- Dados sobre os integrantes do FCP-RJ sem detalhamento e desatualizado;
- Saída de pesquisadores que iriam trabalhar em conjunto nos módulos;
- Diversos problemas de agenda entre os Professores para montarmos a estrutura do evento workshop em um momento pré-determinado;
- O contexto da vacinação demorada e da pandemia que ainda assolava pessoas e impedia a livre circulação, impactando os eventos em que microempreendedores solidários pudessem comercializar.

Assim foram acompanhadas nove sessões destas plenárias ocorridas nas seguintes datas: 27/07/2021, 31/08/2021, 28/09/2021, 26/10/2021, 30/11/2021 e 16/12/2021, 30/08/2022, 26/09/2022, 27/10/2022, quando foi possível unir diversos dados para planejamento da ação. Alguns assuntos resumidos que eram postas em debate:

- Formas de organização;
- Solicitações e informes sobre auxílios inerentes à atividade solidária;
- Divulgação de cursos e especializações aos trabalhadores;
- Sugestão de melhorias das vendas e ações necessárias por melhorias de condições de trabalho;
- Espaço de expressão no que se refere às dificuldades

Durante o final do ano de 2021 e o primeiro semestre de 2022, os esforços foram concentrados em elaborar a parte da realização da ação da pesquisa que é o curso de contabilidade e assim foi sendo elaborado o planejamento de ensino sobre a teoria contábil que seria apresentada e também qual linguagem seria adequada aos participantes. Primeiro, foi necessário respeitar às características destes trabalhadores por conta do ofício manual de produção da mercadoria e da realidade da autogestão de um pequeno negócio, partindo da hipótese que há falta de conhecimento de técnicas básicas contábeis por parte dos microempreendedores solidários do FCP-RJ.

Segundo, não é possível afastar também a lógica econômica solidária de cooperação, comércio justo que são bases que buscam se afastar da ideia de produção a qualquer custo visando lucratividade.

Assim, houve um ponto necessário de estudo sobre o que trazer e de que forma aliar a teoria à prática incluindo uma linguagem acessível. Isto precisou ser revisto e testado, adequando aos recursos que seriam utilizados como papel, caneta e calculadora e respeitando o sujeito interessado e o desconhecimento do tema, partindo de uma presunção que possuísem um conhecimento básico da matemática e considerando a incompreensão técnica destes trabalhadores, uma vez que a participação e pessoas envolvidas que mais se conheceu foram os representantes regionais nas plenárias. Thiollent (2011), consente que a pesquisa é organizada dentro de um quadro teórico formado por pesquisadores e, com base nesta orientação, foram formulados os objetivos das aulas. Abaixo, segue quadro explicativo dos ajustes efetuados da teoria acadêmica para apresentação aos interessados no curso:

Quadro 7 - Plano de ensino

	Teoria acadêmica abordada	Conceitos acadêmicos	Estratégia de ensino
Aulas Custo do produto	O que é a Contabilidade	Conceito básico contábil	Apresentação do conceito formal e exemplificado com base na prática
	Contabilidade de custos	Ramo da Contabilidade	Explicação com figuras de Ramo da árvore contabilidade- (uso figura de um mapa mental)
	Conceitos de Custo	Conceito base: é um gasto relativo ao bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços	Explicação voltada a noção de tudo que é custo da matéria-prima para a produção.
	Equação de custos	$CPP = MP + MOD + CIF$	Apresentada de forma separada dentro do contexto do empreendedor solidário.
	Mensuração da Matéria-prima	Definições e Exemplos já totalizados dos gastos com compras, materiais diretos e embalagens.	Definição adicionada a forma de calcular utilizando regra de três e equação de primeiro grau para encontro do valor da matéria-prima baseado na última compra.
	Custos Fixos Diretos e Indiretos	Diferenciação de conceitos dependentes do uso ou não na produção	Restrição do uso do conceito puro de custos fixos, com ensino de rateio (casa e trabalho) e utilização de cálculos com recurso da calculadora.
	Custos variáveis	Conceito de custo dependente da quantidade produzida	Não utilizado. Trabalho artesanal solidário diferente da lógica de produção industrial.
Aula formação do preço de venda	Preço de venda	$\text{Equação Custo} + \text{Despesas} + \text{Sobra} = \text{Preço de Venda}$	Apresentação do conceito formal com auxílios de exemplos práticos
	Tipos de Despesa de vendas	Teoria difere despesa fixa e variável	Generalizada como todo gasto relacionado à venda (taxas de divulgação, de pagamento em

			máquinas de cartão e embalagens)
	Sobra (Lucro)	Valor totalizado após vendas e que é modificado pela influência de impostos dependente de impostos	Sobra = parcelas reservadas ao a) bônus -> gratificação pelo trabalho vendedor do microempreendedor + b) investimentos -> percentual destinado a aquisição e/ou manutenção de ativos + c) reserva -> parcela da sobra para imprevistos.
	Formação do preço	-	Encontrar o preço limítrofe, considerando a cobertura de todos os percentuais acima apresentados
Aula fluxo de caixa - controle de pagamentos e recebimentos	Demonstrativo de Fluxo de Caixa	Teoria conceitual baseada em origens e aplicações	Forma de organização da entrada e saída de dinheiro da conta e à vista além do controle a prazo para futuros pagamentos.
		Relatório baseado em atividades operacionais, de Investimentos e financeiros	Apresentação de organização da atividade operacional em separado com modelos para escrita manual de: Controle de entradas e saídas à vista, Controle de contas a receber e controle de contas a pagar, além do controle do pró-labore.
	Princípios contábeis	Princípio da entidade	Noção de separação do recurso do negócio dos recursos próprios.

Fonte: A autora, 2022.

Assim, para maior aderência dos participantes, utilizou-se para condução dos temas abordados, o exemplo real da prática de artesã que a pesquisadora possui por *hobby*, mensurando o custo de produção de uma boneca de feltro que a mesma confeccionou e utilizando esses totais para continuidade do ensino na formação do preço de venda e, dentro desse negócio fictício, apontar como poderia ser feito um fluxo de caixa organizado. Neste ponto, foi feita uma tentativa de mesclar o saber informal da maioria dos participantes e da pesquisadora ao saber formal, que é a base teórica, seguindo a diretriz que Thiollent (2011), chamou de particularização para pesquisa-ação com objetivos práticos para sanar um problema, se afastando do conceito de generalização.

Deste modo, foi acordado que o curso teria a duração de duas horas por aula do curso num total de quatro dias para conclusão, para o alcance os objetivos traçados para a ação da pesquisa. As datas escolhidas foram no início da semana, período em que a maioria dos participantes da economia solidária atua como vendedores nas feiras, para aqueles que

quisessem assistir sem atrapalhar o andamento de seus trabalhos. O horário da tarde foi considerado o mais adequado.

Quanto a ser presencial ou online, ficou decidido por aulas online em função de ser o meio mais eficiente para os inscritos de outros municípios. Pensando no aprofundamento do aprendizado, seriam entregues àqueles que participassem materiais de apoio para os cálculos, com tabelas para serem impressas e escritas com os componentes de formação de custos e dos preços e planilha de fluxo de caixa pronta com as colunas necessárias para escrita dos fatos contábeis.

Para a realização das inscrições, foi criada uma identidade virtual (*e-mail*, drive e formulários) “contabilizaecosolrj” do curso para ser um ponto focal de guarda de arquivos e também de comunicação com os inscritos. No dia vinte e seis de setembro foi divulgado, por meio do aplicativo de mensagens *WhatsApp* no grupo fórum GT-Formação, o *banner* explicativo para o curso de capacitação com informações básicas do curso e *link* para as inscrições que permaneceram abertas por sete dias de prazo.

As inscrições iniciaram no mesmo dia de início da divulgação. Segue abaixo a tabela com o quantitativo de inscritos por cidades:

Tabela 1 - Quantitativos de inscritos para o curso de contabilidade para o FCP-RJ

Cidades	Qtde de inscritos
Angra dos Reis	7
Angra dos Reis	2
Belford roxo	3
Cabo Frio	4
Itaboraí	3
Japeri	6
Japeri	5
Magé	1
Maricá	7
Nilópolis	1
Niterói	31
Nova Iguaçu	2
Paraty	1
Queimados	1
Rio das Ostras	1
Rio de Janeiro	16
São Gonçalo	13
São João de Meriti	1
Ubatuba	1
Volta Redonda	4
Total Geral	110

Fonte: A autora, a partir do formulário de capacitação, 2022.

Houve a divulgação totalmente virtual por estímulo às inscrições via plenária mensal, por e-mail, via aplicativo de mensagens *WhatsApp* e divulgação na rede social *Instagram* encontrados pela *hashtag* “#economiasolidariarj”. Ao final do período das inscrições, foi possível verificar o perfil dos interessados, conforme segue no quadro abaixo:

Tabela 2 - Descrição do perfil dos inscritos

Faixa etária dos inscritos	Entre 20 a 40 anos	14%
	Entre 40 a 50 anos	31%
	Mais de 50 anos	55%
Gênero	Feminino	90%
	Masculino	10%
Nível de instrução	Ensino fundamental completo	5%
	Ensino fundamental incompleto	2%
	Ensino médio completo	37%
	Ensino médio incompleto	5%
	Ensino superior completo	30%
	Ensino superior incompleto	20%
Ramo de negócio	Artesanato	59%
	Gastronomia	10%
	Confeitaria	5%
	Turismo	3%
	Costura	2%
	Outros ramos (brechó agroecologia)	11%
Anos de trabalho solidário	Menos de 2 anos	62%
	Mais de 2 anos e menos de 5 anos	19%
	Mais de 5 anos e menos de 10 anos	13%
	Mais de 10 anos	6%

Fonte: A autora, a partir do formulário de inscrições do curso de economia solidária, 2022.

3.3 O curso de Contabilidade para Economia Solidária

Nesta etapa, inicia-se a fase da ação, onde o planejado é posto em prática conforme Thiollent (2011) chama de fase da execução e denominado por Tripp (2005) como fase de implementação. No dia dez de outubro de 2022 iniciamos o curso na sala virtual. A presença foi de 8 participantes. O assunto abordado no primeiro dia de curso foi o levantamento dos custos da unidade produzida. Como a grande maioria dos inscritos do curso são artesãos e, de um modo geral, tanto fabricam suas peças quanto vendem, era importante saber o levantamento dos custos e descobrir se ao alocar esses gastos estava também alocando outros aspectos que passam despercebidos pela maioria que trabalha informalmente. A experiência como artesã por

hobby auxiliou para trazer um exemplo vivenciado por eles, ao descrever todos os custos de uma boneca de feltro produzida e mensurada baseadas nas medidas e valores gastos na realidade. Primeiro, foi abordada a ideia do custo da matéria-prima proporcionalizando o total que se pagaria hoje pela compra da matéria-prima com o valor necessário para o feito da peça produzida. O uso matemático da regra de três foi apresentado para descoberta do custo de cada produto utilizado como matéria-prima da mercadoria.

Após este ensinamento, foi abordado como encontrar o custo da mão de obra, primeiro entendendo sua quantidade de horas de produção mensal, ou seja, ativar o pensamento para essas informações de horas trabalhadas e também fazê-los pensar sobre o quanto se estima ganhar com a produção da peça, atentando para não ser menor que o custo de um artesão que porventura viesse a substituí-lo em caso fortuito.

Ainda foi relatado o peso dos custos fixos, aqueles utilizados diretamente na produção da peça. Gastos de boletos com custos fixos indiretos com contribuição previdenciária do Instituto Nacional de Seguridade Social, o INSS, MEI, foram alocados dividindo pela estimativa de horas de trabalho mensal em média. Para cálculo dos custos fixos diretos foram utilizados critérios para separação do uso de internet, água, luz que normalmente são rateados com a casa, ambiente de produção da maioria dos microempreendedores, para que pudessem respeitar o princípio da entidade e partir do custo real de produção para fazer a alocação no custo da unidade produzida.

Deste modo foi encontrado o custo total unitário do produto, com a preocupação de conter todo sacrifício financeiro para compor a peça artesanal, evidenciando aos que participaram o peso de cada item no total do custo, inferindo com eles a análise daquilo que melhora e piora o custo, qual deles mais concentra recursos, entre outros *insights* que surgiram.

Ao decorrer deste primeiro dia, observou-se da participação dos presentes, os seguintes fenômenos:

- Dúvidas sobre mensuração do custo do gás de cozinha para preparo de produtos de gastronomia;
- Incômodo que suscitou num debate sobre o quantitativo de participantes do curso, momento em que relataram que poderia ocorrer devido ao recurso de internet que, nem todas as cidades do estado do Rio de Janeiro possuem com eficiência;

Diante da dificuldade apresentada, foi combinado que o material de apoio e a apresentação em arquivo *pdf* seria enviado para todos os inscritos, informando no corpo do e-mail que estaria à disposição para dúvidas.

A segunda aula foi voltada a formação do preço de venda para o varejo, o que significa para eles a venda unitária, peça a peça. Apresentou-se uma forma de cálculo para descobrir o preço limite chamado de ‘P’ que seria o resultado da soma de custo unitário da mercadoria (aprendido na primeira aula) adicionado das despesas de venda (embalagens e taxas de máquina) mais taxas de participação em feiras, somado a um percentual do excedente (lucro). Ao apresentar este conceito de sobra e a necessidade da destinação de reservas para isso, mostrou-se a distinção do conceito subjetivo e cultural que muitos microempreendedores possuem sobre lucro ser a parcela total do dono e, a partir deste ponto da aula, se abriu espaço para algumas ponderações. Também se ressaltou a importância da separação de parte de bônus/comissão ao empreendedor, mais a parte que deveria existir para investimentos (substituição e/ou aquisição de novo equipamento necessário ao negócio) além de um outro percentual destinado a reserva de emergência (reserva de contingência).

Apresentou-se diversos exemplos de vendas presenciais (feiras) e virtuais (internets e sites de vendas de artesanato) ocorrendo diferentes formas de pagamento (à vista/pix, cartões de débito e crédito), mensurando o melhor preço a cada condição ofertada de venda.

A segunda aula contou com a presença de dez participantes, que explicitaram algumas ponderações como:

- Dúvidas sobre os conceitos de mão de obra, comissão e lucro;
- Necessidade de educação financeira pessoal;
- Dificuldade com matemática básica;
- Falta de tempo para administração do próprio negócio;
- Dúvidas sobre como alocar os custos extras das feiras de artesanato;
- Necessidade de assessoria contábil para o terceiro setor (OSCIP)

Pelo e-mail criado para o curso, que foi disponibilizado aos participantes para retirarem dúvidas, também ocorreram algumas manifestações. Duas delas, solicitaram a apresentação expositiva da aula para melhor assimilação do conteúdo, já que o curso tinha uma curta duração de um assunto que precisa ser estudado.

Assim durante a segunda aula, com a presença de alguns representantes de fórum municipais, surgiram ideias de o curso se tornar algo mais expressivo dentro do movimento da economia solidária por meio do Fórum Estadual do Rio de Janeiro. Foi expressa a disposição para auxílio ao fórum e houve a ideia de curso online gravado disponibilizado no site da ECOSOL RJ, em conjunto com um programa de acompanhamento dos participantes do fórum

que confirmasse a utilização da contabilidade para capacitação destes pequenos empreendimentos.

Ficou claro que é preciso o estímulo das Políticas Públicas das três esferas governamentais a este segmento social para que venham à tona iniciativas que poderão melhorar a autogestão dos microempreendedores solidários. É um ponto crítico, que se mostra da mesma maneira ao pensarmos nas ações governamentais de educação financeira à população, de um modo geral.

No terceiro dia do curso, com a presença de oito participantes, foi abordado o tema formação de preços quando continuamos a informar a parte das contas de custos e despesas que deveriam ser presentes para formação de um preço adequado, mas na condição de preço para atacado, no caso para atendimento para vendas sob encomendas.

Assim, houve a descrição do custo em que há a influência da mudança nos custos fixos com aumento das unidades produzidas bem como com a mensuração da mão de obra, uma vez que há aumento de horas trabalhadas e isso influenciaria o custo final por hora trabalhada.

Mencionou-se também sobre as despesas de vendas como embalagens e taxas de uso de equipamentos de máquinas de cartões. Também abordamos o que chamamos de conta Excedente/sobra composta de Comissão, Reserva e Investimentos aqui tratados de maneira simplória para efeito de aprendizado e ciência dos pesquisados, mas que retrata a ideia de separação de um percentual destinado a uma comissão para o próprio empreendedor quando atua como vendedor.

Já a conta investimentos, separa um montante a ser destinado à geração e/ou manutenção do ativo do pequeno negócio e, por último, um percentual relativo à reserva, entendido aqui como um montante para emergências e imprevistos. Por meio da incógnita 'P' efetuamos cálculos de equação de primeiro grau e assim foram desenhadas hipóteses em valores para o preço limite de venda, de forma que cobrissem todos os gastos necessários em diversas situações diferenciadas referente aos locais de venda (virtualmente, presencialmente) e subsequentemente a este critério, as diversas formas de pagamento que os pesquisados aplicam (pix/à vista, cartões de débito e cartões de crédito).

Nos momentos de fala dos participantes foi possível verificar as seguintes impressões:

- Dúvidas sobre aplicação de critério para mão de obra quando o produto é costurado ao longo do dia;
- Questionamento sobre o preço adequado ao conceito de 'Comércio Justo';
- Dúvidas quanto à precificação de vendas coletivas;

- Qual momento fazer a busca pelo profissional contador;
- Dificuldade de aplicação do saber, fator estudo e tempo;
- Preponderância dos preceitos da Economia Solidária que a contabilidade deveria seguir;
- Discussão sobre a falta de políticas públicas para formação e capacitação dos integrantes do fórum estadual;

Verificou-se que além da capacitação, o curso também levantou reflexões importantes entre os participantes de outras ações contábeis necessárias ao FCP-RJ que deveriam estar disponíveis, como formalização, assessoria fiscal, contábil, de legalização entre outras.

No quarto e último dia do curso apresentaram-se oito participantes e foi abordado o tema fluxo de caixa, pagamentos e recebimentos.

Em sua estrutura tradicional, o fluxo de caixa deve ser elaborado por empresas de grande porte pela lei 11.638/09, e de acordo com o CPC 03, exige movimentações de caixa por 3 tipos de fluxos: operacionais; investimentos e financiamentos (IASB, 2008). No caso dos empreendimentos solidários, concentramos no fluxo operacional que é o mais utilizado por este micronegócio.

Foi apresentado aos pesquisados maneiras simples de registro das ações financeiras relevantes para controle do negócio com recursos de um caderno com caneta, a saber: controle de entradas e saídas à vista, controle de contas a receber, controle de pró-labore, contas a pagar e finalmente o cruzamento destes totais, o fluxo de caixa. Foram utilizadas estas contas para demonstrar as informações necessárias que deveriam ser registradas diariamente, inclusive, destacando a importância da rotina de guarda de notas fiscais para melhor apuração de custos e o hábito do controle e gestão de seu micronegócio.

Informou-se a importância da rotina da escrita em tempos em tempos dos valores a pagar e a receber para conseguirem analisar o fluxo de caixa, exibindo situações em que pode haver sobra e falta de capital de giro. Neste aspecto, foi informada a prática da análise com as previsões de pagamentos e recebimento futuros, como essas relações poderiam trazer análises assertivas dos fatos contábeis ocorridos bem como uma melhor tomada de decisão adequada por parte deles. Foi exibido que o fluxo de caixa bem feito pode trazer previsibilidade e permissão de criação de objetivos mais a longo prazo, permitindo continuidade e ciência do negócio empreendido. Também foi detalhado alguns conceitos de finanças básicas como pagar as contas em dia, formas de manter um capital reservado, a busca de controle a fim de possuir liquidez (dinheiro em caixa) e a assunção da negociação em caso de endividamento.

Esses papéis de controle apresentados estão longe de uma gestão modernizada, mas o intuito foi mostrar um norte para resgate da organização para aqueles que deixaram de fazer ou um ponto de partida aos microempreendedores solidários que o conheceram pela primeira vez.

Nesta última aula, mais algumas ponderações foram feitas pelos participantes como:

- Dúvida sobre o prazo para levantar o fluxo de caixa;
- Sugestão da criação de um banco comunitário solidário;
- Debate sobre como a educação financeira está distante dos menos favorecidos;
- Dificuldade em agir com relação a poupar.

Encerrou-se o ciclo de aulas e conforme Thiollent (2011), este espaço de debate entre o pesquisador e os pesquisados auxilia o entendimento, mas sobretudo, favorece o desvendamento da realidade. Foi enviado a todos os inscritos o material apresentado mais o material de apoio ao registro para cálculos e verificações de fluxo de caixa. Foi solicitado aos presentes que respondessem a um questionário pós-curso.

Na plenária de outubro, pós-curso, houve a oportunidade de fala sobre a experiência do curso, momento em que foi recebido muitos *feedbacks* positivos devido a iniciativa e isso suscitou o debate e questionamento sobre mais ações de capacitação, e, assim foi combinado que o material do curso será disponibilizado no site do fórum estadual.

Nesta plenária também foi percebido um sentimento de preocupação quanto ao futuro porque embora as feiras tenham retornado às atividades, a comercialização está enfraquecida. Foi comentado por alguns representantes que há um desânimo geral dos trabalhadores devido a este baixo retorno, e aqui pode ser compreendido também mais um motivo para não engajamento de alguns inscritos no curso que se abstiveram de participar.

Outro ponto levantado foi a respeito da fragilidade dos fóruns municipais que pouco recebem incentivo de suas prefeituras, que há raros projetos voltados ao segmento. A secretaria executiva discutiu a necessidade urgente de atualização dos dados do cadastro de participantes do fórum estadual, ponto importante para organização e ciência dos componentes do fórum.

Depois da ação concluída, verifica-se um entusiasmo por parte dos participantes e autoridades do FCP-RJ, contudo nos alerta Thiollent (2011) que as consequências da ação devem ser levadas a uma ótica muito realista, evitando expectativas demasiadas ao resultado final.

3.4 Discussão dos resultados

Para a coleta de dados, preferiu-se fazer um questionário de reação sobre o curso com aqueles que o fizeram completamente já que estavam inseridos não só no interesse do conhecimento do assunto, mas também na comunicação, permitindo um momento dialogado da situação social. Este período da pesquisa-ação é chamado de planejamento, conforme descreveu Thiollent (2011) e Tripp (2005).

Perguntas descritivas de perfil dos entrevistados são importantes e necessárias à pesquisa-ação. Aqui tentou-se reunir o maior número de informações possível, embora se saiba quem eram os oito presentes no curso, suas identidades foram ocultadas a fim de preservar a integridade dos participantes. Estão numericamente representados para não associarmos as respostas aos nomes dos respondentes.

Entre os 8 respondentes do questionário, metade é moradora da cidade de Niterói totalizando 4, 1 único da cidade do Rio de Janeiro, e ainda 1 em Itaboraí e 1 em Magé. Do total de respondentes, a maioria são do sexo feminino 5 e 3 do sexo masculino. Sobre a faixa etária dos respondentes, verifica-se que a maioria predominante, no quantitativo de 7, estava na faixa etária de 50 anos acima, o que coincide muito com o total dos interessados inscritos no curso. Apenas 1 respondente tinha menos que 40 anos, mostrando pouca diversidade desta faixa etária participante.

Como característica comum entre os respondentes, há predominância do nível de instrução superior, pois, metade, 4 respondentes, possuem o nível superior completo, sendo 2 com pós-graduação completo, 1 com pós-graduação incompleto e 1 com superior incompleto. Os dados aqui colhidos são diferentes em parte da pesquisa de Vieira, Foresti e Da Rosa, (2016) que escreveu a possibilidade de haver dificuldades em conhecimento contábil devida a baixa escolaridade dos participantes da Economia solidária.

Quanto ao ramo de negócio, 4 dos participantes do curso atuam na área de artesanato, 2 respondentes em gastronomia, 1 em gestão de resíduos e agroecologia e 1 na área de Educação popular, bem parecido com a amostra dos inscritos e também da área de negócio predominante do FCP-RJ, a artesanal.

Quanto a experiência trabalhada com economia solidária, 3 respondentes são cadastrados recentemente no fórum com menos de 1 ano de atuação sendo apenas um respondente que iniciou seu negócio na economia solidária estadual. Com o período de 1 a 3 anos, há dois respondentes e um deles já atuava fora do movimento faz mais de 3 anos. Já com um período

de experiência maior, de 3 a 5 anos há apenas 1 participante que também iniciou dentro da lógica solidária e com mesmo quantitativo, um, com mais de 5 anos atuando no movimento também iniciando seu trabalho no FCP-RJ.

As respostas sobre a forma de trabalho, onde estão seus locais de venda, 2 respondentes disseram que atuam apenas nas feiras promovidas pelo ‘circuito ECOSOL’, e 3 atuam não só nas feiras como também comercializam pela internet e outros 3 respondentes declararam que atuam nas feiras, na internet e também em outros locais. Percebe-se que há uma diversidade de pontos de venda em que os respondentes comercializam.

Sobre a importância financeira que o micronegócio dos respondentes tem, metade deles informou que o negócio complementa a renda, 3 disseram que é sua principal fonte e 1 definiu que nem uma coisa nem outra o que pode ser inferir que é um simpatizante da causa e nada recebe financeiramente. Estas diversas respostas revelando motivos diversos para se atuar na economia solidária atestam a pesquisa de Souza e Júnior, (2020) que destacaram também que a satisfação pessoal pode fazer sentido para aqueles que atuam no movimento.

Quanto ao modo de trabalho, a metade dos respondentes disseram que trabalham todos os dias da semana produzindo suas mercadorias ou prestando seu serviço. Dois respondentes disseram que o fazem 3 vezes por semana, 1 o faz por 4 dias e outro por 5 dias. Verifica-se aqui uma intensidade de trabalho que ultrapassa e não há muito espaço para folgas.

Já a disponibilidade para vendas, 3 respondentes entendem ser possível todos os dias da semana, 3 respondentes apenas duas vezes, 1 três dias por semana e outro respondente diz que se encontra disponível por 5 dias. Infere-se que aqueles que vendem pela internet se beneficiam deste recurso online, enquanto que quem trabalha presencial possui menos tempo para destinar a venda na feira por exemplo, devido a logística necessária.

Quanto ao uso da contabilidade, primeiro foi perguntado se já tinha se utilizado de serviços prestados por contador ou escritório de contabilidade no seu negócio alguma vez e 7 dos 8 respondentes disseram nunca ter usado para o seu negócio e apenas 1 o utilizou. Este dado coincide com o estudo de Cardoso, Moreira e Bernardo, (2019) que concluiu o não uso de serviços do profissional contador pelos microempreendedores.

Quanto ao conhecimento da contabilidade como utilização de controle do negócio, foi perguntado como era o conhecimento deles sobre contabilidade antes do curso. Das 8 respostas, 6 tinham conhecimento e apenas 2 não sabiam nada sobre o tema. Esta ausência de saber pode ser subentendida devido à complexidade como impeditiva e está consoante com a pesquisa de Birk *et.al.* (2020), que concluiu que os termos contábeis podem ser rebuscados para os

microempreendedores. Inclusive, verifica-se uma relação estreita entre conhecimento da contabilidade e o nível de instrução, pois dos microempreendedores inscritos, 52% não sabiam nada sobre o tema e o nível de instrução mostrou-se em igualdade (50%) entre ensino superior e 50% ensino médio e fundamental.

Daqueles que tinham o conhecimento, 4 dos respondentes relataram conhecimento em Fluxo de Caixa, 3 conheciam a contabilidade de custos e outros conceitos, evidenciando que o assunto Fluxo de caixa é assunto comum ao microempreendedor, muito provável com a sua relação e importância na maioria dos cursos de finanças disponíveis a este público.

Sobre a identificação do tema contabilidade com o seu pequeno negócio, foi perguntado qual a importância da contabilidade para pequenos negócios solidários e a resposta foi unânime, os 8 concluintes do curso afirmaram que é importante. Foi solicitado avaliar o grau de utilidade da contabilidade no microempreendimento solidário e 6 concordaram totalmente e o restante 2 deles, responderam que concorda. Este dado da pesquisa demonstra divergência do trabalho de Ribeiro *et.al*, (2020) que informou que seus pesquisados microempreendedores entendem a contabilidade ser útil apenas para as exigências legais. Por outro lado, aqui constata-se que o conhecimento é aceito por eles e este resultado alinha-se com a pesquisa de Rodrigues, (2020), que concluiu que os trabalhadores do FCP-RJ demonstram interesse em cursos efetivos para capacitação.

Sobre alguns desafios que os respondentes pudessem enfrentar para o aprendizado de contabilidade sobre o aspecto tempo, 3 estão convictos que poderia ser um problema, enquanto 2 dos 8 respondentes entenderam que sim, poderia ser um problema. Três dos respondentes disseram que discordam de a questão tempo ser um desafio a se enfrentar. Infere-se destas respostas que a disponibilidade de tempo para aprendizado é um fator impeditivo para a maioria dos respondentes. Esta informação segue as conclusões de Leal e Nova (2009) sobre a prática contábil autogestionária, que requer dedicação para aprender e a lidar com os controles. Estes dados também se alinham com as respostas anteriores sobre a intensidade de atuação do trabalho por semana, e assim vemos uma demanda que deve ser planejada pelo Fórum para criação de possibilidades de acesso online ao conhecimento para que os trabalhadores interessados possam consultar o material de estudo no tempo em que puderem.

A avaliação dos respondentes do questionário sobre a indisponibilidade de recursos financeiros se era fator impeditivo para a aplicação da contabilidade em seu negócio, tendeu-se para metade discordar e a outra metade concordar, revelando que há convicções acentuadas em entender que precisam de recursos que os levem a gastar dinheiro para controlá-lo. Enquanto

outra metade não pensa assim, mostrando o resultado dependente de uma questão de posse ou não dos recursos, mesmo o curso mostrando que pode ser feita uma contabilidade com recursos simples. Não houve encontro na literatura de pesquisas que ponderem o aspecto recursos financeiros para obterem capacitação aos empreendimentos solidários.

Sobre a segurança em aplicar a contabilidade em seus negócios a partir do curso, 4 respondentes concordaram que a falta de domínio do assunto poderia ser um impeditivo para aplicá-lo. Um respondente se mostrou convicto deste problema, e ainda 2 ficaram em dúvida nem concordaram nem discordaram e um achou que não seria impeditivo. As respostas evidenciaram que é preciso um tempo de maturação do aprendizado para domínio e trazer confiança para aplicar técnicas contábeis no micronegócio. Esta percepção corrobora com a pesquisa de Rodrigues, (2020) que relatou em seu trabalho o entendimento dos integrantes do FCP-RJ sobre a consciência de praticar no dia-a-dia para domínio de um saber e isso aponta uma demanda necessária de prática assistida a estes microempreendimentos solidários.

Quanto à suficiência dos temas apresentados no curso de contabilidade para aplicação na economia solidária, metade dos 8 respondentes disseram que estão convictos que é o bastante para aplicação e controle de seus negócios. Na mesma linha, 3 concordaram que são suficientes e ainda um respondente discordou. As pesquisas de Borges, Sguarezi (2019) e Almeida (2006) se alinham às respostas da maioria dos participantes que a educação técnica pode ser um diferencial na Economia Solidária como fortalecimento da capacitação do público autogestionário solidário. Pode-se inferir que a maioria entende que, para seu ramo e suas atividades no seu segmento, o conhecimento contábil abordado foi suficiente para utilizá-lo como instrumento de gestão e que para um deles ainda precisa de mais assuntos relacionados ao tema contabilidade, identificando mais uma necessidade de conhecer estas demandas por meio de pesquisa além de elaborar um projeto de ensino baseado na educação contábil.

3.5 Ações contábeis para Economia Solidária

Conforme Thiollent (2011), a pesquisa-ação traz um caminho dialógico de encontro de soluções entre pesquisador e pesquisado, segundo ele, é uma abordagem concebida no conhecer e no agir, e foi esse o objetivo alcançado neste trabalho: o ensino do curso não só fez a transmissão do conhecimento de preenchimento de uma lacuna do saber como também abriu espaço para debate de outras formas possíveis de aplicação da contabilidade neste movimento

estadual, muitas delas partindo dos próprios participantes da pesquisa e também das observações das plenárias e convívio com o público pesquisado durante os anos de 2021 e 2022.

Nesta fase conhecida por Thiollent (2011) como implementação da ação e caracterizada por Tripp (2005) por avaliação, faz-se necessário avaliar baseada nas perspectivas das demandas que surgiram durante todo o acompanhamento do público pesquisado. Partindo deste objetivo específico desta pesquisa, seguem algumas ações contábeis que podem auxiliar o FCP-RJ:

- Os assuntos abordados no curso de contabilidade em economia solidária devem estar publicados no site oficial do ECOSOL-RJ e disponibilizado em meio físico àqueles que não acessem a internet;
- Curso regular de contabilidade disponíveis a todos os cadastrados pelo acesso às aulas gravadas no site e planejamento de suporte para dúvidas;
- Levantamento sob forma de pesquisa a todos do Fórum para sabermos as necessidades de outros assuntos de capacitação em contabilidade;
- A criação de mais um saber conexo a de pequenos negócios, da contabilidade pessoal para organização das finanças pessoais como um saber complementar às finanças dos negócios solidários para livre acesso aos filiados ao FCP-RJ;
- Busca de assessoria contábil para formalizações necessárias como cadastros em órgãos como Microempreendedor Individual e suporte consultivo a este profissional para legalizações além de outros suportes para esferas como a do terceiro setor;
- Para o Fórum, o apoio da contabilidade fiscal no que se refere ao planejamento fiscal com orientações sobre benefícios fiscais, fundos de fomento e legislações tributárias que amparam alguns empreendimentos econômicos solidários utilizam, mas que carecem de auxílio.

Thiollent, (2011) afirma que é preciso mais que a atitudes para que uma ação seja realizável. Neste trabalho foi observado, ouvido e refletido em conjunto com os pesquisados que estas orientações são fruto desta atuação, mas que é preciso compromisso e vontade por parte dos participantes para que a ação seja concretizada. Se a solução prática não for imediatamente aplicável, conforme Thiollent, (2011) relata, ela pode ser um importante passo para a sensibilização do conhecimento, desenvolvimento de seus micronegócios e ainda favorecer projetos para a ação transformadora da capacitação, ponto importante que o movimento da economia solidária centra como importante para os seus membros.

3.6 A contribuição da contabilidade ao FCP-RJ

Após a realização do curso e dos resultados apresentados neste trabalho, é possível inferir que dentre os diversos ramos que a contabilidade possui alguns temas podem contribuir para o fórum estadual de economia solidária, dentre eles é possível citar a contabilidade de custos como ramo pertencente à contabilidade gerencial que orienta os microempreendedores sobre os custos de suas produções artesanais, dando ciência ao valor do produto acabado e permitindo reflexões financeiras para a tomada de decisão, como por exemplo: manter fornecedores, permitir atualizações de preços frente ao valor de mercado das matérias-primas utilizadas, decidir sobre aproveitamento de materiais, estabelecer limites de gastos, verificação do aspecto que mais pesa na produção entre outros pontos.

Outro importante ramo contábil que propicia benefícios aos microempreendedores solidários é a contabilidade comercial registrando as movimentações de venda, tributos despesas e custos de sua matéria-prima para auxílio a elaboração da formação de preço, permitindo o controle do valor a ser comercializado para o encontro do preço suficiente para cobrir todos os custos e despesas além do ‘excedente’ aqui representado por contas típicas de patrimônio líquido mas com sentido simplificado a um micronegócio solidário que é orientado por outra lógica no que se refere a conta lucro. Abaixo segue quadro explicativo da destinação do excedente:

Figura 3 - Designação da conta excedente para microempreendedores solidários



Fonte: A autora, 2022.

Esta conta excedente foi adequada a um modelo que atendesse ao microempreendedor pois seu negócio geralmente conta com a sua própria mão de obra para todas as fases da comercialização desde a compra das matérias-primas, confecção das peças, o marketing até a

venda em seus pontos destinados a comercialização. Por este motivo, a ideia do bônus para venda, excluindo a ideia de lucro respeitando a noção de sobra, que são as premissas da economia solidária SILVA E CLEPS (2011).

A conta de patrimônio líquido foi excluída e informada a reserva de emergência, para alocação de uma parcela de suas vendas para poupar e auxiliar nas situações imprevistas sem controle do microempreendedor. Já a conta do ativo, aqui representada pelo Investimentos, seria para entendimento da necessidade deste registro e separação de recursos para destinar aos equipamentos com um intuito mantenedor do negócio.

Outro ponto de colaboração da contabilidade para a economia solidária é a ênfase que o registro de fluxo de caixa permite no sentido da técnica de escrituração que embora não conte com o método das partidas dobradas, foi aceitável pelos pesquisadores a ação do registro manual em relatório, praticado diariamente por eles dos fatos contábeis relacionando por controles no caderno como registros de entradas e saídas de recursos à vista, controles de recebimentos, controle de contas a pagar, controle do pró-labore, e de posse destas informações elaborar o fluxo de caixa, de forma cronológica, permitindo o domínio de sua movimentação financeira, auxiliando nas previsões e ações futuras de tomada de decisão.

Portanto, são essas as essenciais contribuições iniciais para o microempreendedor da economia solidária, mas que não se limitam a apenas estas, já que a ciência contábil pode auxiliar com outras técnicas que dependem de uma progressão no decorrer do entendimento destes assuntos e também da sua efetiva aplicação, como a técnica de análise-econômica-financeira e descrição das contas em demonstrativos como próximos passos a avançar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho centrou-se em atingir seus objetivos que eram de investigar como a contabilidade poderia contribuir para os microempreendedores da economia solidária do FCP-RJ, bem como detalhar os participantes da pesquisa, descrever ações contábeis e orientações que possam beneficiar este movimento social. Também possuiu intuito de fazer, por meio da pesquisa-ação, uma inserção de saber que, em cooperação com os participantes, pudesse preencher uma lacuna de conhecimento contábil ou ao menos a tomada de consciência desse saber.

Sendo assim, é perceptível a dimensão em que a educação contábil pode alcançar, já que, por meio de sua ação, transpassa um cenário de desconhecimento para um contexto de aprendizado e de aplicação, como foi observado nos participantes que, a todo tempo, exibiam ideias para contabilidade em seu contexto diário.

Este estudo contribuiu para três aspectos: o primeiro, foi quanto à gestão dos microempreendedores solidários, uma vez que eles possuem uma ampla carência de conhecimentos que os colocam em desafios constantes para obter capacitação. A intervenção por meio da educação contábil proposta propiciou noção importante para os seus negócios.

No ponto de vista social, este estudo foi relevante para a economia solidária estadual, uma vez que se relaciona com o princípio solidário da autogestão de seus integrantes, além de suprir as necessidades teóricas do segmento microempreendedor solidário para auxiliá-los na sustentabilidade financeira de seus negócios.

E o terceiro aspecto é do ponto de vista acadêmico, pois esta dissertação aborda um tema inovador ao ser centrado na pesquisa-ação para os microempreendedores da economia solidária que não possuíam nenhum ou pouco conhecimento sobre a contabilidade. Chama a atenção que na área acadêmica haja trabalhos sobre a contabilidade para entidades de grande porte integrantes do movimento que, obrigatoriamente, possuem a necessidade de obter uma mínima prática contábil. Sendo assim, esta pesquisa traz cenários adicionais a fim de ampliar a discussão para o segmento dos microempreendedores da economia solidária de forma que a ciência contábil possa também ser útil a estes trabalhadores.

Retornando ao cerne desta pesquisa, é possível presumir que a aplicação do conhecimento contábil aos participantes do fórum de economia solidária do Rio de Janeiro é entendida como favorável e importante no aspecto de capacitação dos integrantes trabalhadores da economia solidária do estado, da mesma forma pode aperfeiçoar outras frentes do fórum em

outras necessidades contábeis que o próprio órgão demanda e que foram emergidas das discussões nas aulas.

O saber contábil se alinhou com objetivo encontrado em regimento interno do FCP-RJ, destacando dentre outras missões “Educar para a solidariedade e cooperação na produção, comercialização e consumo justos, éticos e solidários” (Rio de Janeiro (RJ), 2013), no que se refere a função da formação desses integrantes.

Contudo, percebe-se que a aplicação prática na rotina destes trabalhadores ainda é um desafio a ser enfrentado já que é preciso tempo de maturação do aprendizado para mudança da cultura de uso de uma contabilidade mental para passagem de ações de gestão, como a organização da escrita e registro cotidiano de seus fatos contábeis e ainda de uma força estimuladora do próprio FCP-RJ para implantação e incentivo das ações propostas. Diante deste fato, é importante a reflexão sobre o quanto os integrantes da economia solidária estão preparados para gerirem seus negócios RAHAYU (2014).

Em síntese, há um outro fator desafiante por parte da contabilidade, pois sabemos que a teoria ajustada para prática pode não ser a ideal, porque estamos forçosamente adequando um saber contábil voltado a visão de lucratividade para empresas de médio e grande porte, com visão positivista e capitalista para a economia solidária que age com movimentos diferentes quanto à distribuição de excedentes aos seus integrantes. Conforme estudos de Gallhofer e Haslam (2019), a academia precisa se aprofundar em contabilidade para economias emancipatórias, diferenciadas como a economia solidária, e é preciso que aprendamos a servi-la de forma concreta à sua realidade.

Quanto à limitação do estudo, temos o contexto da pandemia SARS COVID-19, que limitou a presença das pessoas e a liberdade de ação delas, tanto dos participantes da pesquisa como da pesquisadora às instalações do FCP-RJ, já que todos os desencadeamentos das consequências desta crise pandêmica dificultaram as relações em sociedade nas áreas da saúde, educação, economia, além da relação familiar e de trabalho. Outro fator limitante foi a baixa organização de documentação disponível do fórum estadual, que dificultou a escrita de mais detalhes da história e de suas atividades realizadas para descrição neste trabalho.

Por fim, como sugestão de estudos futuros, deve-se aprofundar no tema economia solidária e contabilidade para gestão de microempreendimentos solidários de outras regiões, bem como estudos de comparação de aplicabilidade prática entre as regiões já estudadas, além de pesquisas aprofundadas das demandas contábeis em entidades específicas da economia solidária como bancos comunitários, entre outras que existam ou vierem a surgir.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, E. A. de. *Contabilidade e autogestão: um estudo sobre a dimensão contábil nos processos de autogestão dos empreendimentos de economia solidária*. 2006. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- ANDION, C. A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 9, n. 1, p. 79–101, 2005.
- AUGUSTO, S.; GAIOTTO, V.; PELIZZA, H.; MACHADO, V. Uma abordagem sobre determinantes e empreendimentos sociais. *IX EGEPE*, p. 1–16, 2016.
- BARROS, S.R. LUCCHIN, D.P.N; SILVA, R.S. Formação organizativa do trabalho e seus novos contornos: economia solidária, uma outra possibilidade. *Caderno Humanidades em Perspectivas*, v. 5, n. 11, p. 142-146, 2021. Disponível em: <<https://www.cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/1902>>. Acesso em: 31 ago. 2021.
- BARROS, V. A.; OLIVEIRA, F. G. Cooperação e solidariedade em empreendimentos de economia solidária. *Laboreal*, v. 15, n. 1, p. 1-21, 2019.
- BIRK, M.; FEDATO, G.A.L.; PIRES, V.M. Os artefatos contábeis reproduzidos pela academia para os pequenos negócios. *Revista da Micro e Pequena Empresa*, v. 4, n.3, p. 115-119, 2020.
- BORGES, J. L; SGUAREZI, S. B. Economia Solidária e Educação. *Akrópolis - Revista de Ciências Humanas da UNIPAR*, v. 27, n. 1, p. 3–10, 2019.
- CARDOSO, L. L.; MOREIRA, M. A.; BERNARDO, L. Elementos de contribuição da contabilidade para a sobrevivência de micro e pequenas empresas. *Revista de empreendedorismo e inovação sustentáveis*, v. 4, n. 2, p. 78–94, 2019.
- CARRION, R.M. L'économie solidaire au Brésil et à Rio Grande du Sud. *2ª Conferência Provincial da ÉCOF-CDEC*. 2002. Disponível em: <<https://depot.erudit.org/bitstream/004206dd/1/I-05-2002.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2021.
- CASTILHO, L. F. *Análise da gestão de um restaurante escola de empreendedorismo social e solidário: estudo aplicado ao bistrô Eco Sol*. 2017. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, Universidade Federal da Grande Dourados, Mato Grosso, 2017.
- CHAN, J.L. As NICSPS e a Contabilidade Governamental de países em desenvolvimento. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, vol. 4, no. 1, p. 1–17, 2010.
- CHUPEL, J.; SOBRAL, E.; BARELLA, L. A importância da Contabilidade para o microempreendedor individual. *Revista Eletrônica da Faculdade de Alta Floresta*, v. 3, n. 2, p. 64–82, 2014.

COLIATH, G. C. A Contabilidade como Ciência Social e sua contribuição para o Capitalismo. *Revista Eniac Pesquisa*, v. 3, n. 2, p. 152-161, 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. CPC-03. *Demonstração dos Fluxos de Caixa Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade*. Brasília, dez. 2008. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_03.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2022.

CORRAGIO, J. Distintos conceitos para o entendimento da Economia Solidária. *Bahia Análise & Dados*, v. 12, n. 01, p. 35–45, 2002.

COSTA, A. P. P. *Contabilidade Gerencial: um estudo sobre a contribuição do balanced scorecard*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

COSTA, M. L.; FILHO, R. I. F. A importância da contabilidade no processo de desenvolvimento do microempreendedor individual (MEI). *Revista Brasileira de Administração Científica*, v. 10, n. 2, p. 154–163, 2019.

CREPALDI, S. A. *Contabilidade Gerencial*. 1ª Edição. São Paulo: Atlas, 1998.

CRUZ, A. Experiências territoriais de acumulação solidária no Brasil—bancos comunitários e circuitos locais de comércio justo. *OIBESCOOP*, p. 290–316, 2020. Disponível em: <<http://www.oibescoop.org/wp-content/uploads/cap-11.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2021.

CRUZ, J. M. F. *Tensões entre objetivos sociais e financeiros em negócios sociais e suas relações com o ambiente organizacional*. 2014. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

DELFINO, M. A. A importância da contabilidade para o microempreendedor individual (MEI). *GETEC*, v. 10, n. 33, p. 16–29, 2021.

FARBER, J. C.; SEGRETI, J. B. *Contribuição da Contabilidade para a Eficácia da Gestão e Controle de Condomínios*. IV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, p. 1–16, 2004. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/7540554-Contribuicao-da-contabilidade-para-a-eficacia-da-gestao-e-controle-de-condominios.html>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

FARIA, J. H. Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 15, n. 3, p. 629–650, 2017.

FARIA, M. S. *Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: avatares do trabalho e do capital*. 2005. 399 f. Tese Doutorado em Sociologia Política – Centro de Filosofia e Ciências Políticas – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2005.

FERNANDES, B. S.; DINIZ, S. C. Economia Popular, Des/colonialidade do Poder e Economia Solidária: notas para um debate latino-americano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, n. 2, p. 254-268, 2018.

FILIZOLA, C. L. A.; TEIXEIRA, I. M. C.; MILIONI, D. B.; PAVARINI, S. C. I. Saúde mental e economia solidária: a família na inclusão pelo trabalho. *Revista da Escola de Enfermagem da*

USP, v. 45, n. 2, p. 418–425, 2011.

FONSECA, M.M.; ORTIZ, V.; SILVA, R.S. As transformações no mundo do trabalho e a economia solidária como outra possibilidade. *cadernosuninter.com*, v. 5, n. 11, p. 94–98, 2021. Disponível em: <<https://www.cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/1893>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise & Dados*, v.12, n.1, p. 9-19,2002.

GAIGER, L.I.G; KUYVEN, P.S. Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 34, n. 3, p 811-834, 2019.

GAIGER, L. I. A economia solidária na contramarcha da pobreza. *Sociologia, Problemas e Práticas*, v. 79, p. 43–63, 2015.

GALLHOFER, S.; HASLAM, J. Some reflections on the construct of emancipatory accounting: Shifting meaning and the possibilities of a new pragmatism. *Critical Perspectives on Accounting*, vol. 63, p. 101975, 2019. DOI 10.1016/j.cpa.2017.01.004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.cpa.2017.01.004>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

GONZÁLEZ-CASTILLO, F.; LOBATÓN-POLO, D.; POLO DE LOBATÓN, G. Indicadores de contabilidad social con miras a diseñar políticas de mejoramiento de calidad de vida. *Cuadernos de Contabilidad*, v. 17, n. 44, p. 493–519, 2017.

GRAY, R.; DILLARD, J.; SPENCE, C. Social accounting research as if the world matters: An essay in nostalgia and a new absurdism. *Public Management Review*, v. 11, n. 5, p. 545–573, 2009.

GUIMARÃES, A. P.; SANTANA, C. M. Teorias justificativas da contabilidade social: a percepção dos discentes de cursos de ciências contábeis no distrito federal. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, v. 1, n. 2, p. 1-21, 2007.

HENDRIKSEN Eldon S.; BREDÁ, Michael F. van. *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1999.

INÁCIO, E.M.L.; PRADO, E.V. A utilização da contabilidade como empresas na cidade de Mogi Mirim. *Universitas*, v. 11, p. 119–140, 2017.

IUDÍCIBUS, S; MARION, J.C; FARIA, A. C. *Introdução à Teoria da Contabilidade para o nível de graduação*. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; CARVALHO, L. N. Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 16, n. 38, p. 7–19, 2005.

LAVILLE, J.L. Repensando o espaço público e a economia: contribuição da economia solidária à teoria da democracia. *Organizações & Sociedade*. v. 23, n. 78, p. 369-377, 2016

LEAL, D.T.B; NOVA, S.P.C.C. Vista do Métodos dramáticos aplicados a intervenções

socioeducativas de Autogestão e Contabilidade. *REPeC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 3, n. 3, p. 1–17, 2009.

LIMA, E. O.; STETTINER, C. F.; FERREIRA JR., S. Balanço social e o “full disclosure” no terceiro setor. *Revista de Tecnologia Aplicada*, no. July, v.10, n.1, p. 23–39, 2021.

LIMA, J. C. *Economia Solidária: De movimento social a política pública*. n. 1984, p. 61–86, 2014.

LIMONGI, B.; PFITSCHER, E. D.; FREITAS, C. L.; MEURER KRÜGER, L.; VIEIRA SOARES, S. A contribuição das ciências exatas às ciências sociais aplicadas: estudo no curso de ciências contábeis. *Revista Iberoamericana de Educación*, v. 59, n. 2, p. 1–11, 2012.

LONDERO, B. A.; PERES, E.; CHARÃO, R. A contabilidade na administração de empresas. *Revista Eletrônica de Contabilidade*, n.7, p. 53-62, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/contabilidade/article/view/52>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

LOPES DE SÁ, A. A função social do contabilista. *Revista Mineira de Contabilidade*, p. 24–27, 2016.

LOPES de SÁ, A. *História Geral e das doutrinas da Contabilidade*. São Paulo, Editora Atlas, 1997.

LOURENÇO, R. L.; SAUERBRONN, F. F. Revistando possibilidades epistemológicas em contabilidade gerencial: em busca de contribuições de abordagens interpretativas e críticas no Brasil. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 13, n. 28, p. 99-122, 2016.

MARIA, N.; SALLA, G.; VEIGA, A.; KONDER, V.; KLANN, R. C. Convergência voluntária às normas internacionais de contabilidade em sociedades cooperativas: correlação entre padrões e práticas. *Revista contexto*, v. 14, n. 26, p. 90–102, 2014.

MAZARO, L. M.; MATSUKURA, T. S.; LUSSI, I. A. O. Economia solidária como estratégia de inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental: panorama nacional. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 28, n. 1, p. 127–146, 2020.

MEINERT, M.H. *Estudo sobre a confiança dos stakeholders nas informações não-financeiras dos relatórios de sustentabilidade das empresas*. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

MENDES, R. C.; OLEIRO, W. N.; QUINTANA, A. C. A contribuição da contabilidade e auditoria governamental para uma melhor transparência na gestão pública em busca do combate contra a corrupção. *Sinergia*, v. 12, no. 2, p. 37–48, 2008.

MORCELLI, C.A. *Uma contribuição da contabilidade momentum para a contabilidade gerencial: um estudo de caso*. PUC SP. São Paulo: Dissertação (Mestrado em ciências contábeis e atuariais) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

MOSTAGI, N. C.; PIRES, L. L.; MAHNIC, C. L. P.; SANTOS, L. M. L. Banco Palmas: inclusão e desenvolvimento local. *Interações (Campo Grande)*, v. 20, n. 1, p. 111–124, 2019.

NAGEM, F.A.; SILVA, S.P. Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 46, p. 159–175, 2013.

NETO, A. S; PACHECO, C.; ARAUJO, J.; OLIVEIRA, A. P. B.; SILVA, A. C. P.; BRITO, M.; GONÇALVES, E. A contribuição do CESOL-SSF para o desenvolvimento e fomento à economia solidária no território Sertão do São Francisco-BA. *Ambiente & sociedade: concepções, fundamentos, diálogos e práticas para conservação da natureza*. 1ª ed. p. 233-239. Editora Científica, 2021.

OLIVEIRA, M.B.; GONÇALVES, A.M.M.; BRANDÃO, C.O. A dificuldade de utilização das demonstrações contábeis na gestão de micro e pequenas empresas. *Revista FAIPE*, v. 9, n. 1, p. 18–30, 2020.

ORTIGOZA, S. A. G. Viabilidade locacional e políticas públicas no desenvolvimento das feiras solidárias. In: CACHINHO, H.; SALGUEIRO, T; GUIMARÃES, P. (Orgs.). *Comércio, Consumo & Governança Urbana*. Ceg: Lisboa, p. 131–140, 2020.

PINHEIRO, D. C. Economia Solidária: Uma revisão teórica a partir dos seus “múltiplos” conceitos. *Revista NAU Social*, v.3, n.5, p. 85–105, 2013.

PINHO, D. B. *O cooperativismo no Brasil*. São Paulo. Editora Saraiva, 2004.

PONTE, V.M.R; OLIVEIRA, M.C. A prática de evidenciação de informações avançadas e não obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. In: ENANPAD, 17, Atibaia. Anais [...] Atibaia: *Revista Contabilidade & Finanças*, 2004, n.36, p.7-20.

QUIJANO, A. Sistemas Alternativos de produção. In: SANTOS, B.S.S. *Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista*. Porto: Afrontamento, 2002, P. 148-166.

RAHAYU, D. I. *A contabilidade em empreendimentos econômicos solidários de reciclagem de lixo em Goiânia: uma abordagem comparativa entre incubados e não incubados*. Trabalho de conclusão do curso (Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, Universidade Federal de Goiás, Goiás, p. 60, 2014.

RAMÍREZ-DIAZ, L.F; HERRERA-OSPINA, J.J; LONDOÑO-FRANCO, L.F. El Cooperativismo y la Economía Solidaria: Génesis e Historia. *Cooperativismo & Desarrollo*, v. 24, n. 109, p.133-145, 2016.

RIBEIRO, L.N.; NASCIMENTO, M.R.; BUENO M.R.; BUENO T. A.; MIRANDA L.P.; QUERINO, F.F.; RIBEIRO F.F. Gerenciamento da contabilidade de custos pelos micro e pequenos empresários do município de Hortolândia-SP. XXVII Congresso Brasileiro de Custos Novembro de 2020.

RIBEIRO, L.S.; FILHO, E, R. A disseminação da informação como condição para criação do conhecimento em empreendimentos da economia solidária. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, v. 11, no. 1, p. 1–8, 2010.

RIBEIRO, M. S.; MARTINS, E. A informação como instrumento de contribuição da contabilidade para a compatibilização no desenvolvimento econômico e a preservação do meio

ambiente. *Caderno de Estudos FIPECAFI*, n. 9, p. 01–13, 1993.

ROA, F. A. C.; HUR, D. U. Grupos de geração de renda no Curso Pré-Vestibular Psico-USP: uma experiência de autogestão em um cursinho popular. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 13, n. 2, p. 163-175, 2010.

RODRIGUES, Edgard Barbosa. *O Papel das Universidades no Fortalecimento da Economia Solidária no Município do Rio de Janeiro*, 2020, 118 p. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal Fluminense- Faculdade de Administração e Ciências Contábeis – Programa de Pós-Graduação em Administração, 2020.

RODRIGUES, M. M. M.; ALVES, M. C. G.; SILVA, R. J. *A contabilidade social e a sua divulgação: uma revisão bibliométrica*. II Internatioonal Forum on Management, Universidade do Algarve, p.25-53, 2018.

SALINAS, A.I.A.; TRUJILLO, T.A.N.; SASTRE, G.V. Medios informativos alternativos y economía solidaria en España. *Psicoperspectivas. Individuo y Sociedad*, v. 19, n. 2, p. 1-13, 2020.

SANTOS, A. B. *Negócios Sociais: Proposição de Modelo Conceitual para Análise do Equilíbrio entre Objetivos Sociais e Econômicos*. 2016.

SILVA, A.A. *Gestão Financeira: Um estudo acerca da contribuição da contabilidade na gestão do capital de giro das médias e grandes indústrias de confecções do estado do Paraná*. USP São Paulo, v. 5, no. 3, p. 183, 2002.

SILVA, A. V. *Como empreendedores sociais constroem e mantêm a sustentabilidade de seus empreendimentos*. 2009. Dissertação de Mestrado (Gestão Empresarial) – Escola Brasileira de administração pública e de empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA B. R.; JACINTO, A. M D. A contabilidade como ciência social: um estudo sobre a percepção dos alunos do ensino médio da cidade de Mogi Mirim/ SP. *Revista Universitas*, v. 14, n. 27, p. 11–36, 2020.

SILVA, L. V.B; RODRIGUES, R.N; GALVÃO, N.M.S.; SANTOS, A.A. *Controle Social através da Transparência: uma Análise das Solicitações de Informações Financeiras e Não Financeiras Realizadas ao Governo Federal*. 2016. Anais do X Congresso UFPE de Ciências Contábeis [...]. [S. l.: s. n.], 2016. p. 1–15.

SILVA, P. A.; BRAGA, D.; BILAC, N.; CUNHA, C. A.; BARBOSA, S. M. Contribuição da Contabilidade para as finanças sociais. *Revista Humanidades e Inovação*, vol. 4, no. 5, p. 352–363, 2018.

SILVA, R.R.; CLEPS, G.D.G. Considerações sobre a socioeconomia solidária e o terceiro setor. *Caminhos da Geografia*, v. 12, n.6, p. 84–99, 2011.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*, 1ª edição, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. Políticas Públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério

do Trabalho e Emprego. *IPEA – Mercado de Trabalho*, n. 39, p. 43–48, 2009.

SOUZA, A.; CASTRO, M.; RODRIGUES, L.; SILVA, M. *A contabilidade e os desafios de gestão em empreendimentos de economia solidária - EES: um estudo exploratório*. XII Congresso Nacional de Excelência em Gestão e III INOVARSE - Responsabilidade Social Aplicada, 2016.

SOUZA, A. R.; AUGUSTO JÚNIOR, F. A economia solidária como resposta à crise pandêmica e fator de outro tipo de desenvolvimento. *P2P e Inovação*, vol. 7, n. 2, p. 8–25, 2020.

STAKE, R. E. *Pesquisa qualitativa estudando como as coisas funcionam*. Editora Penso. São Paulo, 2011.

SZUSTER, N. Nós temos razões para se orgulhar da contabilidade no Brasil. *Revista Contabilidade e Finanças*, v. 26, n. 68, p. 121–125, 2015.

TEODOROVICZ, J. Economia solidária, políticas públicas de microcréditos e direitos fundamentais no Brasil: desafios e perspectivas. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC*, v. 40, n. 1 p. 241–264, 2020.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18ª edição. São Paulo, Editora Cortez, 2011.

TRIPP, D. *Investigación-acción: una introducción metodológica*. University Murdoch, 2005.

VASCONCELOS, A. M. *Ciclo de vida de empreendimentos sociais*. 2009. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2009.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em Administração*. 16ª edição, São Paulo, 2016.

VERONESE, M. V.; GAIGER, L. I.; FERRARINI, A. V. Sobre a diversidade de formatos e atores sociais no campo da economia solidária. *Caderno CRH*, v. 30, n. 79, p. 89–104, 2017.

VIEIRA, E.P.; VAILLANT, F.; MOREIRA, M.S.P. O uso da metodologia pesquisa-ação para análise de políticas educacionais. *Revista intersaberes*, v. 17, n. 40, p. 10–25, 2022.

VIERA, A. F. G.; FORESTI, F.; DA ROSA, V. Informação e conhecimento na economia solidária. *Revista Biblos*, n. 62, p. 34–45, 2016.

VIGNOCHI, L.; SCHOLZ, R. H. Negociação e gestão de organizações solidárias. *Revista de Gestão do Unilasalle*, v.10, n. 2, p. 1–11, 2021.

WEBERING, S. I. Economia social, non-profit sector, terceiro setor ou economia solidária: sentidos, diferenças e similaridades. *P2P e Inovação*, v. 5, n. 2, p. 62–82, 2019.

WESTERDAHL, S. Prácticas contables en cooperativas rurales. *CIRIEC - España. Revista de economía pública, social y cooperativa*, v.7, n. 39, p. 149–168, 2001.

WILLIAM M. G. *Empreendedorismo social e contabilidade: uma visão sobre a participação e*

importância da contabilidade nos negócios sociais. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Área de concentração: Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

ZWICK, E. Os utópicos como pioneiros da concepção cooperativista. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 16, n. 186, p. 17–28, 2016.

APÊNDICE A – Roteiro de Observação

Quadro 8 - Roteiro de Observação das sessões do FCP-RJ

Data da sessão	
Representações presentes:	
Pautas apresentadas:	
Demandas discutidas:	
Falas de interesse em formação:	
Considerações:	
Comentários sobre a sessão:	

Fonte: A autora, 2022.

APÊNDICE B - Questionário aplicado pós-curso

Questionário de avaliação do Curso de Contabilidade para Economia Solidária

I Perfil

1 - Qual é a sua cidade:

R:

2 - Idade:

R:

3 - Sexo:

R:

4 - Qual seu nível de instrução:

() Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Fundamental completo

() Ensino médio completo

() Ensino médio incompleto

() Nível superior incompleto

() Nível superior completo

() Pós-Graduação

II - Experiência pessoal de trabalho

5 - Qual seu ramo de negócio?

() Artesanato

() Confeitaria

() Gastronomia

() Turismo

Outros: _____

6 - Quanto tempo atuando com Economia Solidária?

- ☐ menos de 1 ano
- ☐ de 1 a 3 anos
- ☐ de 3 a 5 anos
- ☐ mais de 5 anos

7 - Qual/Quais é/são seu(s) local(is) de venda?

- ☐ Apenas nas feiras
- ☐ Apenas na internet
- ☐ Nas feiras e internet
- ☐ Em outros locais além das feiras
- ☐ Em outros locais além das feiras e na internet

8 - Quanto tempo você atua neste negócio?

- ☐ menos de 1 ano
- ☐ de 1 a 3 anos
- ☐ de 3 a 5 anos
- ☐ mais de 5 anos

9 - Você diria q seu negócio:

- ☐ é a sua principal fonte de renda
- ☐ é um complemento de renda
- ☐ não é complemento de renda

Outros: _____

10 - Quanto dias na semana você trabalha produzindo seu produto?

- ☐ Todos os dias na semana
- ☐ 5 dias por semana
- ☐ 4 dias por semana
- ☐ 3 dias por semana
- ☐ 2 dias por semana

11 - Quantos dias na semana você disponibiliza para vendas?

- ☐ Todos os dias na semana
- ☐ 5 dias por semana
- ☐ 4 dias por semana
- ☐ 3 dias por semana
- ☐ 2 dias por semana

12 - Você usa alguma forma de controlar recebimentos e pagamentos no seu negócio?

- ☐ Sim, utilizo caderno
- ☐ Confio na minha memória
- ☐ Não uso nada
- ☐ Aplicativos e/ou Word, Excel...

III - Conhecimentos em contabilidade

13 - Você já utilizou de serviços prestados por contador ou escritório de contabilidade no seu negócio alguma vez?

- ☐ Nunca usei
- ☐ Sim já usei uma vez
- ☐ Uso constantemente

14 - Como era seu conhecimento sobre contabilidade antes deste curso?

- ☐ Eu já tinha muito conhecimento
- ☐ Eu tinha algum conhecimento
- ☐ Eu não sabia nada/ quase nada

15 - Se tinha conhecimento, O que você já sabia antes do curso:

- ☐ Custos
- ☐ Lucro
- ☐ Fluxo de caixa
- ☐ Outros conhecimentos de contabilidade
- ☐ Não possuía nenhum conhecimento anteriormente ao curso.

IV -Contabilidade útil à gestão

16 – Na sua opinião, qual a importância da contabilidade para pequenos negócios solidários?

- ☐ muito importante
- ☐ é importante
- ☐ algumas vezes pode ser importante
- ☐ pouco importante
- ☐ nada importante

17 - Como você avalia a seguinte frase: “ A contabilidade no negócio solidário pode ser útil”?

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo
- ☐ Não concordo nem discordo
- ☐ Discordo
- ☐ Discordo totalmente

V - Fatores limitantes para aplicação da contabilidade no pequeno negócio solidário

18 - Como você avalia a seguinte frase: “ A indisponibilidade de tempo pode ser um problema para aplicar contabilidade ao meu negócio solidário”?

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo
- ☐ Não concordo nem discordo
- ☐ Discordo
- ☐ Discordo totalmente

19 - Como você avalia a seguinte frase: “ A indisponibilidade de recursos financeiros pode ser um problema para aplicar contabilidade ao seu negócio solidário”?

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo
- ☐ Não concordo nem discordo
- ☐ Discordo
- ☐ Discordo totalmente

20 - Como você avalia a seguinte frase: "A falta de domínio nos assuntos abordados no curso pode ser um problema para aplicar contabilidade ao seu negócio solidário"?

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo
- ☐ Não concordo nem discordo
- ☐ Discordo
- ☐ Discordo totalmente

21 - Como você avalia a seguinte frase: "Os assuntos abordados no curso são suficientes para que eu possa aplicar a contabilidade no meu negócio"?

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo
- ☐ Não concordo nem discordo
- ☐ Discordo
- ☐ Discordo totalmente

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Faculdade de Administração e Finanças
Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis
Curso de Mestrado Acadêmico

ENTREVISTA TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) na pesquisa de campo da estudante Silvia Regina da Silva Ortolá Rocha, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) que os objetivos do estudo são estritamente acadêmicos. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista gravada em áudio. Trechos dessa entrevista, na forma como falados, podem fazer parte do trabalho final, mas não serei identificado.

O acesso ao áudio e transcrição da entrevista será permitido apenas à mestranda e seus professores orientadores.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Nome do (a) entrevistado(a):

_____.

Assinatura do(a) entrevistado(a):

_____.

Assinatura da mestranda:

_____.